



ANA BEATRIZ SCHERER SOARES NEVES

Atores não estatais-violentos no Brasil como desafios à paz: um estudo de caso sobre o conflito entre Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (2016-2018)

João Pessoa
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA BEATRIZ SCHERER SOARES NEVES

Atores não estatais-violentos no Brasil como desafios à paz: um estudo de caso sobre o conflito entre Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (2016-2018)

Trabalho apresentado como requisito para a conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.

João Pessoa

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N518a Neves, Ana Beatriz Scherer Soares.

Atores não estatais-violentos no Brasil como desafios à paz: um estudo de caso sobre o conflito entre Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (2016-2018) / Ana Beatriz Scherer Soares Neves. - João Pessoa, 2019. 87 f.

Orientação: Marcos Alan Ferreira.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Crime Organizado Transnacional; Violência; Brasil.
I. Ferreira, Marcos Alan. II. Título.

UFPB/CCSA

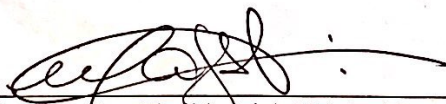
ANA BEATRIZ SCHERER SOARES NEVES

**CONFLITO ENTRE COMANDO VERMELHO E PRIMEIRO COMANDO DA
CAPITAL**

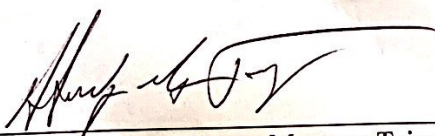
Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel (a) em Relações
Internacionais.

Aprovado (a) em: 30/09/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

VIA VIDEOCONFERÊNCIA

Prof. Me. Gabriel Fernandes Caetano
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - RIO

Resumo

O ano de 2016 foi histórico para a segurança pública brasileira ao atingir patamares estarrecedores de violência. Um dos fatores cruciais para tal, foi o rompimento entre os dois maiores grupos do crime organizado do país, o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, que intensificaram sua atuação na busca por aumentar seus mercados e por maior controle das principais rotas de tráfico, com estratégias de expansão que se tornaram conflitantes, gerando atritos repercutidos por todo o país. O presente trabalho busca compreender como esse conflito entre as duas facções brasileiras representou um obstáculo na construção da paz ao disseminar a violência por todo o país, tendo como marco temporal os anos de 2016 a 2018, ano de intensificação do conflito e do seu afrouxamento, respectivamente. Nesse sentido, parte-se de uma revisão bibliográfica do referencial teórico dos Estudos para Paz, de modo a estabelecer a conceituação basilar de paz e violência que nortearam o desenvolvimento da análise contextual da violência no Brasil e na região sul-americana, com ênfase na atuação dos atores não estatais violentos, através do Crime Organizado Transnacional. A metodologia utilizada para tal foi qualitativa, de caráter exploratório, com o desenvolvimento de um estudo de caso, que utilizou como fontes mídias locais e internacionais, relatórios oficiais do governo e de think-tanks, além de uma revisão bibliográfica sobre o conflito e seus referenciais teóricos. Diante disso, conclui-se que as organizações criminosas surgem diante de um contexto de intensa violência cultural e estrutural, e se tornam propagadores dela, intensificando ainda mais a violência direta. Assim, um conflito entre duas facções por mercado foi capaz de tomar proporções históricas, ao passo que o Estado se mostra incapaz de ter qualquer perspectiva de superação dessa problemática.

Palavras-chave: Crime Organizado Transnacional; Violência; Brasil; Estudos para Paz.

Abstract

2016 was a historic year for Brazilian public security as it reached terrifying levels of violence. One of the crucial factors for this was the disruption between the country's two largest organized crime groups, the Primeiro Comando da Capital and the Comando Vermelho, which intensified their efforts to expand their markets and gain greater control over major trafficking routes with expansion strategies that have become conflicting, generating friction reflected throughout the country. This case study seeks to understand how this conflict between the two Brazilian factions represented an obstacle in peace building by spreading violence throughout the country, having as a timeframe from 2016 to 2018, the year of intensification of the conflict and its relaxation, respectively. In this sense, it starts from a bibliographical review of the theoretical reference of the Studies for Peace, in order to establish the basic conceptualization of peace and violence that guided the development of the contextual analysis of violence in Brazil and the South American region, with emphasis on violent non-state actors through the Transnational Organized Crime. The methodology used for this was qualitative, exploratory, with the development of a case study that used local and international media, official government and think-tank reports, as well as a literature review of the conflict and its theoretical frameworks. Given this, it is concluded that criminal organizations arise in the context of intense cultural and structural violence, and become propagators of it, further intensifying direct violence. Thus, a conflict between two factions by market has been able to take historical proportions, while the state is unable to have any prospect of overcoming this problem.

Key words: Transnational Organized Crime; Violence; Brazil; Peace Research

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Evolução das taxas de homicídios mundial e dos continentes por 100 mil habitantes, segundo ONU (2000 a 2013).....	17
Gráfico 2 - Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017).....	36
Gráfico 3 - Número de UFS com índices de interesse positivo sobre “CV” e “PCC”, segundo o Google Trends – Brasil (2007-2018).....	64
Gráfico 4 - Taxa de homicídio no Brasil e por regiões (2007-2017).....	71

Lista de figuras

Figura 1 - Expansão geográfica do PCC na América do Sul.....	60
Figura 2 - Aliados do PCC durante o conflito.....	67
Figura 3 - Zonas de influência do PCC e CV e suas areas de conflito.....	68
Figura 4 - Evolução dos índices relativos do Google Trends nos estados para a busca “PCC” (2006-2018).....	73

Lista de tabelas

Tabela 1- Quadro com as rebeliões de 2016 a 2018, relacionadas ao conflito.....	70
---	----

Lista de abreviaturas e siglas

ADA – Amigo dos Amigos

ANEV – Ator não estatal violento

BBC – British Broadcasting Corporation

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

CDL - Comando Democrático da Liberdade

CDPM - Centro de Detenção Provisória Masculino

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COT – Crime Organizado Transnacional

CRBC - Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

CV – Comando Vermelho

EUA - Estados Unidos da América

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FDN – Família do Norte

Ipat - Instituto Penal Antônio Trindade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Primeiro Comando da Capital

PF – Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

INPE - Instituto de Pesquisa Economica Aplicada

Sumário

Introdução	10
1. Os Estudos para Paz, atores não estatais violentos e Crime Organizado Transnacional na América do Sul	14
1.1 Os Estudos para Paz	14
1.2 Atores não-estatais violentos	23
2. Crime Organizado Transnacional na América do Sul: caso brasileiro	27
2.1 Principais facções brasileiras como obstáculo para a paz na região: PCC e CV	35
2.1.1 O Comando Vermelho (CV): “Paz, Justiça e Liberdade”	43
2.1.2 O Primeiro Comando da Capital (PCC): A irmandade do crime	48
3. O conflito: PCC x CV (2016-2018)	61
3.1 Repercussões no Norte/Nordeste	72
3.2 Atuação do poder público	74
Conclusão	80
Referências	84

Introdução

A disputa de mercados entre as duas principais facções criminosas do Brasil - o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) - vem repercutindo em todo o país de maneira significativa, causando sérios efeitos na sociedade, que são refletidos nos altos índices de violência e insegurança dos últimos anos. Tal repercussão evidencia a relevância e a força que esses grupos possuem, se tornando cada vez mais capilarizados nas instituições e regiões brasileiras, ao passo que, o poder público não consegue ser eficiente no seu combate, travando uma longa e sangrenta batalha contra o crime organizado, que está longe de chegar ao fim.

Nesse sentido, compreendendo a relevância que o tema possui para a segurança pública, não somente do Brasil, tal como de toda região sul-americana estabelecida na rota do tráfico, o presente trabalho se propõe a compreender de que maneira o conflito entre as facções representa um obstáculo na construção da paz no país, com o marco temporal indo de 2016, ano de intensificação do conflito à 2018, ano no qual as facções passaram a diminuir as ações violentas pelo país. Para tal, o projeto de pesquisa tem como temática basilar o Crime Organizado Transnacional, Ator Não Estatal Violento (ANEV) de grande relevância na sub-região, que de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, é responsável por um número de homicídios próximo ao gerado por conflitos armados ao redor do mundo, e pode influenciar cerca de 25% a 70% de todos os homicídios da América Latina - uma das regiões mais violentas do mundo.

Os ANEVs atuam de forma organizada na região, protagonizando os crimes locais e transnacionais, que se fortalecem constantemente diante de uma conjuntura de intensa injustiça social, violência, pobreza e corrupção nos Estados, que além de facilitar suas operações, cria uma grande massa de potenciais membros das facções. Assim, os grupos criminosos acham nesse ecossistema, terreno fértil para expandirem suas operações e conquistarem ainda mais territórios para vendas e rotas de tráfico - porém, todo esse crescimento gera um choque de interesses, tensionando ainda mais o relacionamento entre as facções.

Foi diante dessa dinâmica que os dois principais grupos criminosos brasileiros romperam sua coexistência pacífica em prol de uma corrida expansionista por novas rotas do tráfico - com um foco especial na rota caipira, um dos principais corredores de drogas do país. A disputa de

mercado que movimenta bilhões chegou ao seu nível mais concreto a partir de 2016, quando o grupo paulista declarou seu rompimento com o Comando Vermelho por meio de um "salve" no presídio de Presidente Venceslau em São Paulo, no qual estavam detidos a principal cúpula da organização, para anunciar o rompimento entre as facções².

Os impactos desse rompimento repercutiram em todo o país, elevando os índices de homicídios do ano de 2016 para patamares históricos³, alcançando uma média de sete pessoas mortas por hora durante o ano no Brasil⁴. De modo a analisar o conflito como obstáculo na construção da paz no Brasil, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos. Primeiramente, foi realizado uma revisão bibliográfica dos elementos compreendidos como essenciais para melhor explicar o objeto de estudo, perpassando por conceitos basilares dos Estudos para Paz, pautada majoritariamente na concepção de Johan Galtung a respeito da paz e violência, rompendo com concepções mais tradicionais das Relações Internacionais, que buscou se adaptar ao novo contexto e aos novos atores que protagonizaram o cenário da violência mundial, no pós Guerra Fria.

No mesmo capítulo, foi realizado também uma análise a respeito da literatura que aborda os atores não estatais violentos, participantes cruciais na dinâmica da violência na América do Sul, em especial àqueles relacionados ao Crime Organizado Transnacional. Observou-se primeiro sua conceituação e principais características, contexto para sua expansão, enquanto proveniente das estruturas violentas e propagador delas, de modo a compreender as principais causas da violência cultural, estrutural e direta na região sul-americana, em especial no Brasil, país referente ao estudo de caso.

Ao compreender esses elementos causais do Crime Organizado Transnacional no país, o segundo capítulo se aprofunda nos atores envolvidos no objeto de estudo, o Primeiro Comando

¹ Anúncio geral passado pela Sintonia Final, cúpula central do Primeiro Comando da Capital.

² Ribeiro, A; Corrêa, H; Fonseca, H. O crime está em guerra: as maiores facções brasileiras romperam. Época. 2016. Disponível em <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/o-crime-esta-em-guerra-maiores-faccoes-brasileiras-romperam.html>. Acesso em: 28 de julho de 2019

³ Dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Forum Brasileiro de Segurança Publica, disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

⁴ Dados do 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Forum Brasileiro de Segurança Publica, disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

da Capital e o Comando Vermelho, protagonistas do conflito que desestabilizou ainda mais a segurança brasileira. Nesse sentido, é analisado o contexto de surgimento dessas facções, diante de um panorama de profunda violência em todas suas perspectivas, intensificada pela injustiça social, além do seu modo de operação e planos de expansão. Ademais, buscando dar luz às problemáticas propostas pelo presente projeto, o último capítulo aborda o conflito em si entre as duas maiores facções brasileiras, buscando levantar de que forma esse conflito representa um obstáculo para a construção da paz no Brasil, e sua repercussão nos outros estados.

Nesse sentido, compreendendo que o tema abordado é de alta sensibilidade, portanto não é algo simples para pesquisar de forma profunda, por se tratar de atores violentos, que colocam em risco a integridade de todos que busquem informações mais a fundo, torna complexo uma compreensão muito clara do funcionamento real da estrutura do crime no país, pois as informações são escassas e mantidas em segredo ao máximo pelas facções, de modo a não prejudicar suas operações. Foi desenvolvido, então, através de uma metodologia qualitativa, de caráter exploratório, com revisões bibliográficas sobre o tema e seus referenciais teóricos, para fundamentar um estudo de caso sobre o conflito culminado do rompimento entre os dois grandes grupos criminosos do país, o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, que trouxe consequências drásticas para a paz no país, em especial nas regiões Norte e Nordeste.

De modo a desenvolver essa análise, foram utilizadas diversos relatórios oficiais do governo, através do banco de dados das operações das Polícias Civil, Militar e Federal, em especial da Operação Echelon, que buscou minar o poder do PCC, descobrindo diversas informações estratégicas sobre o grupo. Além disso, outras fontes do governo, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Atlas da Violência, foram utilizadas. O Atlas é uma publicação anual, que se utiliza da base de dados do Ministério da Saúde e das polícias brasileiras, para disponibilizar análises sobre a violência no país, em várias vertentes. Outro relatório amplamente utilizado foi o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, compilado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que se baseia em dados das Secretarias de Segurança Pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública, para promover a transparência e prestação de contas na área.

Outros think-tanks e centros de investigações também foram utilizados. Essas organizações e suas perspectivas subsidiam governos e boa parte da opinião pública em assuntos que possuem relevância e impacto na sociedade. Dentre elas, está o Instituto Igarapé, think-tank brasileiro focado em assuntos de segurança e desenvolvimento de países emergentes, que possui importantes trabalhos relacionados à política de drogas e a situação da violência na América do Sul, como no Observatório de Homicídios, uma ferramenta de visualização que mostra a distribuição, as dimensões e a dinâmica da violência letal no mundo, e que apontou a América do Sul como uma das regiões mais violenta do planeta. Assim como o Insight Crime, fundação dedicada ao estudo do Crime Organizado na região da América Latina e Caribe, também utilizada no desenvolvimento da pesquisa para ampliar a percepção da atuação dos grupos criminosos a partir de um olhar externo ao Brasil.

De modo a preencher algumas lacunas relacionadas à pesquisa e analisar os fatos que se sucederam durante o conflito, nos âmbitos internacionais, nacionais e locais, foram utilizados também fontes da mídia. Uma importante parte da pesquisa foi realizada através de uma análise de reportagens dos principais veículos de comunicação do mundo, em especial, as fontes de notícias sobre o Brasil - o El País, CNN, G1, o Globo, Folha de São Paulo e Estadão. De modo a definir quais notícias seriam utilizadas, foi buscado diminuir a chance de qualquer tipo de distorções nas matérias, se pautando em fontes confiáveis, amplamente difundidas, visto que, quanto maior o público, a tendência é as agências mantenham sua neutralidade, se atendo a fontes oficiais e com objetividade - evitando noticiais enviesadas (ÖBERG; SOLLENBERG, 2011).

1. Os Estudos para Paz, atores não estatais violentos e Crime Organizado Transnacional na América do Sul

O presente capítulo se trata de uma análise conceitual e teórica a partir de uma revisão bibliográfica acerca do referencial teórico da pesquisa, os Estudos para Paz e os atores não estatais violentos, de modo a compreender de forma aprofundada, o surgimento, a atuação e a expansão das principais facções criminosas do país - o Comando Vermelho e o PCC.

1.1 Os Estudos para Paz

“Uma estrutura violenta deixa marcas não só no corpo humano, mas também na mente e no espírito”. (Johan Galtung, 1996)

Na busca pela compreensão acerca da complexidade da violência na América do Sul e seus principais obstáculos para construção da paz, é de suma importância definir e entender primeiramente em que consiste essa violência e suas consequências para a região. Tais definições se fazem de extrema relevância de modo a contrapor a visão tradicional e estadocêntrica, a respeito da paz, enquanto oposto ao estado de Guerra. Ambas as condições de Guerra e paz são antônimas, portanto, representam duas situações extremas em pólos opostos, porém, entre uma e outra haveria diversos estágios intermediários (DA SILVA, 2002). Assim, de fato, a região sul-americana não convive com guerras interestatais, porém apontar uma das regiões mais violentas do mundo⁵ como uma área pacífica, seria um equívoco no contexto atual.

Nesse sentido, de modo a identificar os principais obstáculos para a paz na região, é de grande valia avaliar os conceitos abordados nos Estudos para Paz, consolidado primordialmente nos pensamentos de Johan Galtung, sendo os mesmos providenciais ao buscar definir a conceituação de paz, tornando-se mais aplicável ao contexto no qual o mundo passou a enfrentar, em especial, após a Guerra Fria, onde diversos novos atores ganharam relevância no cenário

⁵ Das aproximadamente 500 mil pessoas que morrem a cada ano por causas violentas produzidas intencionalmente, 19% estão na América do Sul. A mesma região representa menos de 6% da população mundial, de acordo com Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

internacional, mitigando, de certa maneira, o protagonismo do Estado nas relações internacionais, principalmente no que concerne ao monopólio do uso da força, com a emergência e o fortalecimento de atores não estatais violentos (AYDINLI, 2015), como é o caso do Crime Organizado Transnacional, fator de importância crucial nos problemas de segurança pública sul-americanos, em especial no Brasil.

Outras abordagens em relação à paz, também surgiram ao longo da história, trazidas por filósofos, líderes sociais e religiosos, como Paulo Freire, Martin Luther King e Gandhi, que dedicaram suas vidas à construção da paz por vias não convencionais para sua época, desafiando o *status quo* - através da educação e da resistência pacífica, por exemplo. É evidente que o termo “paz” se encontra em constante evolução, passando a abranger novos temas, se adaptando aos novos contextos, e sendo influenciado por novas áreas como os Direitos Humanos, a pobreza, a ideia de desenvolvimento, que moldam um conceito mais amplo do termo, envolvendo uma metodologia pacífica de ação (YOUNG, 2014).

Nesse sentido, se adaptando aos novos contextos de intensa polarização pelo qual o mundo passava durante a década de 1950, surge uma nova abordagem para essa discussão, sistematizada pela primeira vez como uma disciplina acadêmica, que tratasse diretamente das condições para paz (GLEDITSCHI, NORDKVELLE, STRAND, 2013). Antes dessa compilação, a análise dos objetivos da paz mundial eram vistos demasiadamente de forma isolada e autônoma, de modo a haver condições de se estabelecer um campo de estudo organizado e coerente sobre o tema (PUREZA, CRAVO, 2005).

A partir dessa necessidade, em 1957, surge nos Estados Unidos o Journal of Conflict Resolution e o Center for Research on Conflict Resolution em 1959, idealizados por Elise e Kenneth Boulding, Herbert Kelman e Anatol Rapoport, na Universidade de Michigan, representando um importante contraponto ao modelo realista de paz e guerra (PUREZA, CRAVO, 2005), apesar de representar pouca inovação em relação aos realistas (FERREIRA, 2017).

Esses esforços surgiram no auge do positivismo nas ciências sociais, fazendo com que seus estudos esbarrassem em limitações behavioristas, se limitando ao conceito de paz – como ausência de guerra e violência – e na sua agenda de redução dos conflitos, por tanto se ater a

preocupação com o rigor científico (PUREZA, CRAVO, 2005). Tal rigor causou um desvirtuamento das premissas basilares desse campo de estudo, que gerou intensas críticas (FERREIRA, 2017).

Esses estudos passam, então, a se proliferar no continente europeu através de novos grupos de pesquisas sobre o tema, culminando na criação do International Peace Research Institute Oslo em 1959 e do Journal of Peace Research em 1964, por Johan Galtung, considerado um dos principais idealizadores da disciplina, por sistematizar o conceito de paz, suprimindo algumas das diversas críticas feitas aos estudos estadunidenses. O norueguês, nesse sentido, incorpora o compromisso explícito com a superação da violência e a organização pacífica das relações sociais nos níveis local, nacional, regional e internacional (OLIVEIRA, 2017).

Diante disso, o sociólogo postulou em sua obra *Peace by Peaceful Means* (1966) que uma boa tipologia sobre violência deveria contextualizar os seus diversos tipos, relacioná-los, e analisar seus diversos aspectos, de modo a nos permitir compreender as causas raízes do problema, e solucioná-los, nos aproximando da paz. Assim, os Estudos de Paz (EP) se tornam a análise das condições do esforço pela paz, sendo definida pela ausência ou redução da violência em todas suas tipologias (FERREIRA, 2017a). Os EP passam, assim, a se consolidar enquanto campo de estudos, concretizando sua intenção de romper com a visão neutra da ciência, consolidando a disciplina como socialmente produtiva (PUREZA, CRAVO, 2005).

Mais adiante, em *Violence, Peace, and Peace Research* (1969), uma das obras basilares da disciplina, o sociólogo busca conceituar a paz como a ausência de violência, definindo que a violência ocorre quando os seres humanos são influenciados de modo a que suas realizações somáticas e mentais sejam inferiores ao seu potencial. Nesse sentido, tudo que priva o ser humano de suas potencialidades, é visto como uma manifestação violenta, desde injustiças sociais à agressões físicas (GALTUNG, 1969).

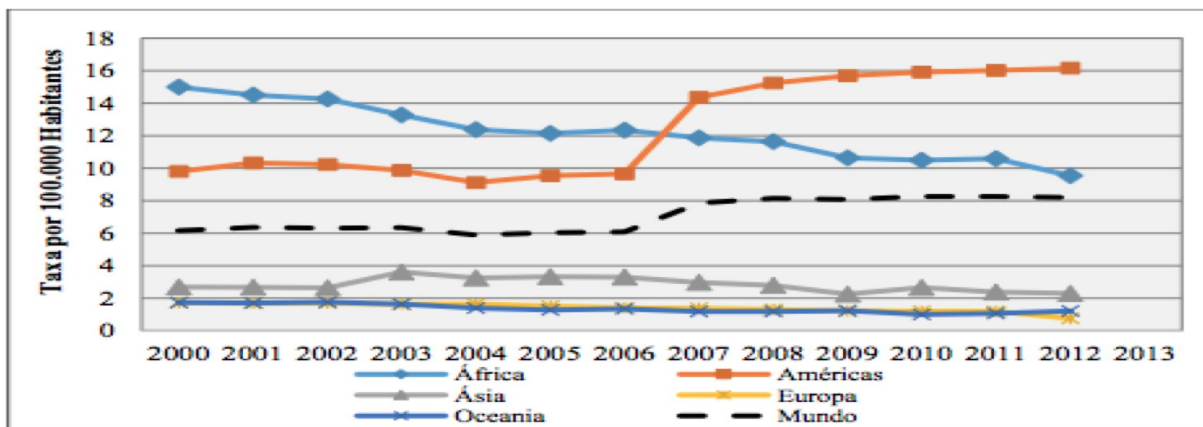
De modo a caracterizar melhor o conceito, o pesquisador dividiu-o em três tipologias distintas de violência: a direta, a estrutural e a cultural (GALTUNG, 1969). A primeira forma de violência é a direta, na qual se refere a ação que afeta as necessidades básicas do outro (incluindo à natureza), se assemelhando mais ao senso comum do que é considerado violência. Nessa tipologia, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), há a utilização intencional da

força física ou do poder, através de ameaças ou atos, contra uma pessoa ou grupo, no qual resulte em uma grande probabilidade de ferimentos, danos psicológicos, privações ou até mesmo levar a óbito. Assim, a violência possui, nesse caso, uma relação clara entre vítima, agressor e ato praticado (KRUG et al., 2002).

A violência direta pode ser evidenciada nos índices estarrecedores de homicídios no país, que em 2016, ano do estopim do rompimento entre Comando Vermelho e PCC, de acordo com o Ministério da Saúde, atingiu a marca histórica de 62.517 assassinatos, equivalente a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes⁶, um patamar histórico e assustador. Tal indicador representa a parte mais tangível da violência, em grande medida, só a ponta do problema.

No Brasil, apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional, de acordo com o Atlas da Violência 2018⁷, publicado pelo IPEA. Os indicadores apontam a concentração desse problema nos países sul-americanos em geral, como evidenciado no gráfico abaixo, sendo o Brasil constantemente protagonista nas listas dos países mais violentos do mundo, ao passo que grande parte do mundo vem passando por um processo de estabilização ou diminuição dos seus índices violentos.

Gráfico 1 - Evolução das taxas de homicídios mundial e dos continentes por 100 mil habitantes, segundo ONU (2000 a 2013).



⁶ Material disponível para mais informações em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

⁷ Material disponível para mais informações em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

Fonte: FMI/World Economic Outlook Database, ONU/Divisão Estatística, ONU/Office on Drugs and Crime e OMS/Mortality Database. O número de homicídios por país foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP (Disponível no Atlas da Violência 2018, do IPEA).

Já a violência estrutural, se trata de um processo que causa diferenças nas oportunidades de cada pessoa, sem que necessariamente haja uma intenção violenta e agressores definidos. Nesse caso, a violência está incorporada na estrutura, não bastando mensurar seu nível a partir do número de homicídios, por exemplo, mas também a partir de outros índices, como a expectativa de vida de determinada população, que tende a diminuir consideravelmente quando há violência estrutural (GALTUNG; HÖIVIK, 1971), como são os casos das favelas brasileiras - espaço propício para a proliferação de atores não estatais violentos, como as facções criminosas.

Nesse sentido, o Mapa da Desigualdade, constatou que na cidade de São Paulo, na qual o PCC monopoliza o cenário criminoso, a expectativa na periferia paulista tende a ser em média 23 anos mais curta⁸ do que em bairros de classe média alta da mesma cidade, dado o acesso precário à saúde, educação e segurança pública, majoritariamente. A disparidade geográfica é tão gritante que moradores dos arredores dos Jardins, bairro nobre da cidade, chegam a ter uma expectativa de vida comparada a Áustria, ao passo que, com alguns quilômetros de distância, na Cidade Tiradentes, o mesmo índice pode ser comparado a do Congo, um dos países mais pobres do continente africano (MAPA DA DESIGUALDADE, 2018).

Dessa forma, em ambos os casos pode haver casos de mutilação, morte, agressões ou manipulações, porém o que de fato diferencia esses dois tipos de violência, é se há ou não um agente que comete esses atos diretamente. No caso da violência direta, as consequências do ato podem ser traçadas de volta até agentes concretos, porém, no caso da estrutural, isso não é tão relevante, pois a violência está embutida na estrutura, se materializando como desigualdade de poder e chances desiguais de vida, se constituindo como um estado permanente de violência

⁸ Esse índice é mais baixo do que a expectativa de vida média do Congo, país africano assolado por extrema pobreza e injustiça social. Para mais informações, ver em: <https://www.dw.com/pt-br/vida-na-periferia-de-s%C3%A3o-paulo-%C3%A9-em-m%C3%A9dia-at%C3%A9-23-anos-mais-curta/a-46482101>

(GALTUNG, 1969). É exatamente nesses contextos de violência iminente que os grupos criminosos acham terreno fértil para expandir seus mercados e sua quantidade de membros.

Tal tipologia estrutural se caracteriza como uma privação das potencialidades do indivíduo, sendo uma violência enraizada nas estruturas políticas, sociais e econômicas, travestidas de normas sociais, que torna latente a violência direta. Assim, ao analisar a desigualdade das mortes violentas baseados na cor da pele, que de acordo com o Atlas da Violência 2018⁹, vem se acentuando nos últimos dez anos, ao passo que a taxa de homicídios de não negros diminuiu 6,8%, e a taxa de assassinatos da população negra aumentou 23,1%. No geral, 71,5% das pessoas que foram assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas, demonstrando que a seletividade dessa violência direta, decorre em grande medida, da violência estrutural vigente no país, que criminaliza o negro, diante de uma sociedade que ainda persiste em suas raízes racistas, provenientes da escravidão.

Há, também, a violência cultural, na qual se refere aos aspectos da cultura de uma sociedade que legitimam outros tipos de violência, sendo a violência estrutural, consequência da cultura, e a direta, consequência das duas (GALTUNG, 1990). A violência cultural não necessariamente aparece como a causadora direta de algo, mas como legitimadora e justificadora de determinada violência. Assim, os fatores culturais justificam as tipologias de violência anteriores, como no caso racismo, que leva a marginalização da população negra, que mina suas oportunidades, atraindo-os ao crime e aos subempregos, aumentando ainda mais os índices de violência direta, como foi evidenciado nos dados acima apresentados.

Assim, existem claras correlações entre a violência estrutural e a violência direta, visto que, estruturas como a pobreza e o racismo, podem levar a homicídios e roubos, ao passo que, a violência estrutural mina oportunidades de crescimento social. O Brasil, enquanto um dos países mais desiguais do mundo, é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe, e é considerado um dos 10 países mais desiguais do mundo¹⁰ - uma clara evidência de uma forte violência estrutural, refletida diretamente em

⁹ O Atlas da Violência 2018 está disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

¹⁰ Para mais informações, acessar o relatório anual da Oxfam Brasil - 2017: “A distância que nos une”. Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>

péssimos indicadores de segurança pública no país, onde a estrutura reflete em violência direta - principalmente diante da atuação e conflitos de grupos criminosos.

Essa desigualdade propaganda pela própria estrutura, e legitimada culturalmente, torna latente a violência direta, que acaba afetando quem já é marginalizado pelo sistema. Esse abandono com a classe menos abastada, priva-os de suas potencialidades, propagando esse ciclo de violência, fazendo com que essas pessoas busquem de formas ilícitas, maneiras de sobreviver dentro de um sistema que os negligência. Assim, aquelas pessoas que sofrem com esses problemas estruturais, acabam sofrendo as consequências dessa privação de oportunidades, e se tornam também, propagadores de violência, chegando a conclusão de que, de fato, violência gera violência.

“Africanos são capturados, forçados através do Atlântico a trabalhar como escravos; milhões são mortos no processo – na África, à bordo dos navios, nas Américas. Essa violência direta em massa perpetrada por séculos infiltra-se e se sedimenta como violência estrutural massiva, com os brancos como mestres favorecidos no topo e os negros como escravos oprimidos, produzindo e reproduzindo violência cultural massiva com ideias racistas por toda parte. Depois de um tempo, a violência direta é esquecida, a escravidão é esquecida, e apenas dois rótulos aparecem, suficientemente limpos para os livros-texto do ensino superior: “discriminação” por violência estrutural massiva e “preconceito” por violência cultural massiva. A higienização da linguagem: em si mesma violência cultural.” (Galtung, 1990, p. 295)

Dessa forma, é de grande importância compreender a natureza multifacetada da violência, de modo a analisar como pode ser a superação dessas mazelas e a construção da paz, diante do Crime Organizado. Portanto, “assim como a ciência política trata de dois problemas – o uso do poder e a legitimação do uso do poder – os estudos da violência são sobre dois problemas: o uso da violência e a legitimação desse uso” (GALTUNG, 1990, p. 291). Nesse sentido, ao entender a violência, fica mais claro analisar o pensamento de Galtung em relação à paz. É importante frisar que o autor busca em sua tese definir a paz mediante alguns princípios: a sua utilização para objetivos sociais, sendo eles complexos porém com resoluções alcançáveis e a visão da paz enquanto ausência de violência. (GALTUNG, 1969).

Esse conceito é dividido em duas tipologias: a paz positiva e a paz negativa. A primeira constitui a ausência de violência direta, ou seja, o tipo de violência causada por determinado agente, ocasionando em danos ou agressões à algo ou alguém (FERREIRA, 2017). Essa conceituação é a que mais se assemelha a visão da paz em relação ao senso comum, sendo mais simples de ser visualizada. A busca pela paz nesse caso é mais facilmente alcançada, pois se refere à uma violência específica, com agentes passíveis de punição, porém, é uma ação preventiva que possa garantir que essas mesmas situações voltem a ocorrer. Ademais, essa paz pode ser conquistada por atores estatais ou não, através de repressão política ou econômica (FERREIRA, 2017a), e a superação da mesma não garante condições mais dignas de vida para as pessoas, o que torna ainda mais importante a discussão de uma paz relacionada à violência estrutural e cultural.

Assim, a busca pela paz positiva, isto é, pela superação da violência estrutural, não se resume a redução da violência direta, e sim na promoção de iniciativas que desenvolvam a integração humana e a justiça social (GALTUNG, 1969). Essa dimensão da paz assume uma face muito mais complexa, por envolver o combate à uma violência que está enraizada nas estruturas sociais e que serve de força legitimadora para outros tipos de violência, sendo assim, essa superação inclui uma busca constante por qualidade de vida, liberdade, igualdade social, equidade econômica, entre outros fatores de inclusão social (GALTUNG, 1969).

Nesse caso, analisando a realidade de uma das regiões mais violentas do mundo, a América do Sul, fica claro que a violência direta diária na qual a população está exposta, decorre de estruturas sociais excludentes e segregadoras. Sendo assim, o nível de complexidade dos processos de construção de paz devem ir muito além de focar somente na violência direta, ou seja, naquilo que está explícito e evidente na sociedade. O implícito gera danos ainda mais graves e duradouros e são muito mais complexos de serem superados. Numa análise temporal, a violência direta se refere à um evento, a estrutural à um processo e a violência cultural como algo permanente (GALTUNG, 1990), sendo um dos principais desafios, quebrar essa permanência, numa constante busca por justiça social e maiores oportunidades para população.

Todavia, essa busca pela paz em sua plenitude, conceituada pelos Estudos de Paz tradicionais, apesar de representar uma importante mudança no paradigma da segurança, ainda

esbarra em importantes ressalvas. De forma geral, é levantado que o esbarra numa grande dificuldade em tornar o conceito operacional em um contexto de pesquisa, devido a sua amplitude. Ademais, a contínua utilização de metáforas distorce a atenção para as reais dificuldades estruturais que culminam na violência, não indo muito além das teorias da estratificação social pré-existentes (WEIGERT, 1999).

Assim, Peter Wallesteen (2015), buscou em sua obra, *Quality Peace: Peacebuilding, Victory and World Order*, sanar alguns desses questionamentos postos, principalmente trazendo a ideia de como mensurar a qualidade da paz em situações de pós-conflitos, focando na qualidade da paz estabelecida (FERREIRA, 2017a, p. 2). Sua tese propõe um novo conceito aos Estudos para Paz - a qualidade da paz, se referindo à paz em três pilares: a segurança, dignidade e previsibilidade (FERREIRA, 2017a).

Pensar na qualidade da paz quebra a dicotomia de paz positiva e negativa e amplia a visão sobre a superação da violência, por não só pensar em termos de superação de conflitos e busca por justiça social, mas por analisar se as condições posteriores ao conflito irão render uma paz sustentável e duradoura. Nesse sentido, para o autor, a consolidação da vitória, isto é, a forma com que o vencedor lida principalmente em relação ao derrotado, deve corroborar com a qualidade da paz, de modo a não criar condições para novos conflitos (WALLENSTEEN, 2015). A noção de sucesso nesse sentido é de fato a sustentabilidade da paz, não somente a sua busca ou conquista.

Para tal, a ideia é que a paz deve apresentar determinado nível de qualidade além da ausência de violência, pautada na dignidade, segurança e previsibilidade (FERREIRA, 2017a: 2). Em termos de conflito, a dignidade se refere à garantia de direitos iguais e do respeito ao oponente, e garantir esse fator na consolidação da vitória pode ser crucial para evitar que um novo conflito tome forma. A dignidade humana deve ser o foco central, como estabelecido no preâmbulo da Carta das Nações Unidas (UN CHART, 1945), documento firmado por diversos países, após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, conflito no qual se sucedeu em grande medida pela negligência da qualidade da paz no pós Primeira Guerra Mundial, que culminou em um ambiente extremamente propício à um novo conflito, ainda mais devastador.

Outro aspecto importante, nesse sentido, é a segurança, principalmente, no que concerne garantir que os oponentes tenham condições seguras e em condições de igualdade. Ademais, a dimensão do tempo também é bastante relevante. É extremamente importante que os países e as pessoas consigam se relacionar sem temer a guerra, de modo a criar condições estáveis para o futuro. A previsibilidade permite que essas relações ganhem maiores proporções, que hajam maiores investimentos no futuro e uma confiança maior na perpetuação da paz, tornando as novas condições pós-conflitos sustentáveis (WALLENSTEEN, 2015).

“A qualidade da paz é um conceito que quebra a dicotomia entre paz negativa versus positiva, há tempos dada por garantida. Esse conceito simplesmente diz que a paz tem de apresentar uma qualidade, para além da ausência de guerra (a típica definição de paz negativa), ficando por especificar quais são os elementos críticos dessa qualidade” (Wallensteen, 2015: 3).

Assim, percebe-se que a noção de sucesso de uma paz de qualidade é de fato a sua sustentabilidade, realidade ainda utópica no contexto sul-americano, em especial brasileiro, mediante a guerra das facções e a intensa injustiça social. Entretanto, mesmo diante de diversas críticas já citadas acima, a teoria dos Estudos para Paz representa um importante norteador na base do presente trabalho, ao modificar a visão tradicional do que concerne à violência, ampliando sua conceituação e seu foco para além da violência direta, esclarecendo que somente a visão estadocêntrica não explica os desafios para a paz na América do Sul, muito menos o conflito em evidência. Em síntese, os Estudos para Paz, fornecem um arcabouço teórico importante para a compreensão da violência, e os atores não estatais violento, como é o caso dos grupos criminosos, são tanto formados por isso quanto propagador de mais violência.

1.2 *Atores não-estatais violentos*

Ao analisar teoricamente como se conceituar a paz e a violência, de acordo com os Estudos para Paz, faz-se necessário dissertar sobre atores propagadores dessas estruturas violentas analisados pela presente pesquisa. Assim, os estudos das Relações Internacionais se desenham por anos, muito intensamente no período que vai da Primeira Guerra Mundial, até

meados da década de 70, com base na análise das interações e dinâmicas interestatais. Após esse período, uma nova maneira de interpretar a sociedade internacional contemporânea como um cenário dinâmico e multicêntrico, formado e moldado por diversos atores não estatais que atuam com funções e contextos diferentes, mas representam um importante fator na construção do mundo atual. Esses atores variam desde corporações, organizações da sociedade civil (indivíduos), instituições internacionais, crime organizado transnacional, entre outros (FAZIO, 2016).

Tal desenvolvimento reduziu consideravelmente as fronteiras entre os países, gerando um fluxo de pessoas e bens sem precedentes. Assim, Naím (2006) aponta as organizações criminosas se baseiam tanto na sua mobilidade internacional quanto na sua capacidade de se aproveitar das fronteiras nacionais que estabelecem os limites da ação das autoridades locais. Ademais, a tecnologia também se tornou um importante aliado do crime, aumentando e facilitando o fluxo financeiro entre os países, e otimizando a comunicação. O Crime Organizado Transnacional se consolida no mundo, com seu perfil poroso e altamente capilarizado, torna-se um desafio cada vez maior para a construção da paz nos países de sua atuação (DIAS, 2011).

Em suma, para compreender os atores não estatais conceitualmente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas definiu esses atores como indivíduos ou entidades, que não agem sob a autoridade legal estatal na condução das suas atividades (CNSU, 2004). Essa definição possui duas subdivisões, podendo ser considerados violentos, como é o caso do Crime Organizado Transnacional, ou organizações da sociedade civil e agrupamentos de Estados, podendo ter reconhecimento estatal, ou não. Em termos de relevância, esses atores vêm se tornando cada vez mais importantes no cenário internacional, numa tendência de transformação das concepções internacionais sobre o poder do Estado (AYDILI, 2015).

Os atores não estatais violentos (ANEVs), objetos de análise do presente trabalho, não possuem tal reconhecimento estatal. Esses grupos podem ser insurgentes, gangues, milícias e empresas militares, células terroristas, e o crime organizado (AYDILI, 2015). Nesse sentido, o sub-contidente sul-americano é extremamente marcado por esse tipo de ator violento, em especial, com atuação marcante de facções criminosas, que elevam os níveis de violência da região aos maiores do mundo, mesmo não havendo ocorrência de conflitos interestatais recentes.

No caso brasileiro, por exemplo, especialmente nas regiões periféricas, a atuação de milícias, facções e grupos paramilitares é bastante intensa, em especial marcado pelo grupo Primeiro Comando da Capital (PCC), que possui operação e influência nos mais diversos estados do país e vem ganhando cada vez mais relevância no cenário do Crime Organizado Transnacional (ÁVILA, 2014).

Na atualidade, certos atores não-estatais violentos são particularmente perigosos para os Estados e as sociedades latino-americanas, implicando num desafio de segurança nacional e internacional muito significativo em um continente que concentra 8% da população do planeta e 30% dos homicídios do mundo. Tais atores emergem da sociedade e possuem grande habilidade em disseminar a violência, afetando de forma significativa, a paz da região em que está presente, funcionando com tamanha organização, com uma governança muito bem definida, funcional e muito efetiva. Tais grupos possuem uma enorme capacidade de utilizar da violência em suas três formas de manifestação - direta, estrutural e cultural – de modo a obter um alto nível de controle social, conseguindo obter controle do Estado, negociando ou coagindo o mesmo, e em muitos casos tendo apoio de parte dele (ÁVILA, 2014).

Assim, diante de um contexto de intensa violência cultural e estrutural na região, a garantia da segurança se mostra como principal desafio sul-americano, refletido diretamente em indicadores estonteantes relacionados a violência direta. Essas organizações criminosas potencializam cada vez mais sua capacidade de gerar conflitos e intensa instabilidade em Estados considerados pacíficos na ótica interestatal, por fins como a briga pelo controle de uma rota de tráfico – como é o caso do conflito entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, analisado no decorrer do trabalho (SOUZA, 2016).

A motivação para executar algumas ações por esses atores não estatais também variam bastante, e seu modo de atuação, principalmente na América do Sul – região estudada pelo presente trabalho - é bastante heterogêneo. No caso das guerrilhas, a ideologia é um grande norteador, tendo a busca pelo lucro como uma ferramenta para propagar sua causa. Já no caso do Crime Organizado, por exemplo, a busca pelo lucro de fato norteia as ações das facções, tendo como objetivo finalístico, o sucesso financeiro. Essa ausência de vínculo ideológico entre os membros, faz com que as interações sociais sejam bastante hierarquizadas em divisões claras de

poder (WERNER, 2009). Ademais, a transnacionalidade da sua atuação também é uma característica marcante e crucial para o sucesso e lucratividade da operação (ÁVILA, 2014).

Dessa maneira, o narcotráfico se mostra como um dos principais desafios para a segurança da América do Sul, em especial no Brasil diante do conflito, nos quais os grupos criminosos se aproveitando de estruturas intrinsecamente violentas, diretamente vinculada a injustiças sociais, para reproduzir a violência em benefício próprio. A grave situação social da região serve como trampolim para o recrutamento de jovens com baixa escolaridade e que enfrentam o desemprego, acabando vendo o crime como saída de uma vida de miséria. No caso brasileiro, é crucial lembrar da existência de facções que dominam o tráfico e se capilariza nos mais diversos campos da sociedade de modo a propagar seu poder e influência, gerando ainda mais violência, como no caso do Primeiro Comando da Capital, que já possui fortes ramificações transnacionais (ÁVILA, 2014).

2. Crime Organizado Transnacional na América do Sul: caso brasileiro

“É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo”. (Ex-presidente Michel Temer, em discurso sobre o crime organizado no Brasil, em 16 de fevereiro de 2018)

Elemento central nos desafios de segurança enfrentados pela América do Sul, os atores não estatais violentos presentes na região de maior relevância são os grupos do Crime Organizado Transnacional (COT), nos quais apesar de sua relevância para a discussão da violência, nem a região nem o tema apresentam grande relevância nos trabalhos de pesquisadores dos Estudos para Paz (EP), com algumas exceções de trabalhos como Ferreira (2017), que busca relacionar os conceitos da teoria com as barreiras que o COT apresenta para a construção da paz. O trabalho busca relacionar esses atores com os principais desafios para a construção na paz na região, com foco na situação brasileira.

Em uma das regiões mais violentas do mundo, os estarrecedores índices de segurança pública foram diretamente potencializados por uma dinâmica iniciada após o fim da Guerra Fria, no qual ocasionou num processo de globalização, aumentando consideravelmente o fluxo de bens, informações e pessoas. Essa aceleração não beneficiou apenas os processos de integração ou as atividades legais, mas facilitou bastante a atuação de grupos criminosos, que se utilizam das melhores condições de fluxos financeiros e da comunicação, para incrementar suas operações de tráfico nas diferentes partes do globo (FERREIRA, 2017).

Tais fatores, agregado à uma conjuntura social de extrema pobreza, exclusão social e racismo - elementos de violência estrutural e cultural - criaram condições altamente favoráveis para que esses grupos criminosos organizados encontrassem na América do Sul, um ambiente propício para suas operações. Assim, pode-se afirmar que existem correlações claras entre a violência estrutural, que cria condições para a atuação desses grupos e mina oportunidades de crescimento social, com a violência direta, eminente na sociedade brasileira, com cerca de 60 mil assassinatos no ano de 2017¹¹.

¹¹ O Atlas da Violência 2018 está disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

O Crime Organizado Transnacional - fortemente presente na América do Sul, em especial, no Brasil, protagonizado por grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) - pode ser definido como um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo por um período de tempo e atuando em conjunto com o objetivo de cometer um ou mais crimes graves para obter direta ou indiretamente benefícios materiais ou financeiros, de acordo com o artigo 2 da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000).

Já na legislação brasileira, previsto no art. 2º da Lei nº 12.850/2013, considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

O fato é que esses grupos possuem uma grande profissionalização nas operações e sua organização é altamente complexa, envolvendo uma larga cadeia de produção e comercialização, em grande parte de drogas e armas, que viabilizam seus objetivos, e são atividades diretamente relacionadas com a violência, corrupção e lavagem de dinheiro (HAUKE, PETERKE; 2010). Essas operações movimentam diariamente um montante considerável de fluxos financeiros, e de acordo com a United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), o COT fatura 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, nos quais, 92% dos recursos são lavados e 20% estão ligados ao tráfico de drogas (UNODC, 2012: 9 apud FERREIRA, 2017).

As facções funcionam de forma altamente organizada e profissional, com uma atuação especialmente complexa, que envolve toda uma cadeia produtiva multifacetada - indo desde o nível local, de produção e comercialização da matéria-prima¹², passando por intermediários (transportadora, laboratórios ilegais), e ultrapassando as fronteiras para chegar no consumidor final. Além da complexidade da produção das atividades-fim, os grupos precisam ter um alto poder de articulação, de modo a interagir com outros grupos e instituições, em busca de benefícios para o negócio ilegal (FERREIRA, 2017). De acordo com Lampe (1998), o Crime Organizado Transnacional reflete uma divisão internacional do trabalho do mundo ilícito.

¹² Tal comercialização pode ser de ervas, produtos, pessoas, armas, ou qualquer insumo necessário para o início do processo produtivo da atividade-fim da organização criminosa.

Esse tipo de crime, de maior complexidade, pode ser caracterizado a partir de algumas dimensões: observado suas atividades, na sua estrutura, e sobre a ótica da governança ilegal criada pelo crime. Suas atividades podem ser definidas em três categoriais - provisão de bens e serviços ilegais, como o tráfico de drogas ou humano; crimes predatórios, como no caso de roubos; e crimes baseados na ausência de um Estado legítimo, que de fato proporcione para a população o retorno social necessário, e que em determinadas áreas, esses grupos agem como o próprio Estado, provendo acesso a direitos básicos para a população¹³ (VON LAMPE, 2015).

A segunda dimensão do Crime Organizado diz respeito a sua estrutura, na qual, pode ser caracterizada por relações de mercado entre fornecedores e compradores, de forma independente; relações entre membros do mesmo grupo que compartilham das mesmas regras e costumes e; interações em rede, no qual as decisões são tomadas de maneira independente, mas que possuem vínculos sociais. Ademais, existe a dimensão da governança ilegal, desenhada para o melhor funcionamento possível do crime organizado, no qual o mesmo desempenha ações semelhantes às que deveriam ser executadas pelo Estado (VON LAMPE, 2015).

Todas essas dimensões são complementares, e dentro do mundo do Crime Organizado, o fato é que cada parte dessa operação é sistemática para alcançar o objetivo final: obter o maior lucro possível. Esse fator, inclusive, é o que diferencia as facções criminosas de outros tipos de atores não-estatais violentos presentes na região - a busca por benefícios financeiros como atividade-fim, e não meio para outros objetivos, como no caso das guerrilhas presentes na Colômbia. Ademais, outro traço forte do COT é o seu transnacionalismo, necessário para a expansão das atividades criminosas, desde a obtenção de matérias-primas, à conquista de novos mercados consumidores, como é o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), que já possui ramificações por grande parte da região sul-americana e por outras partes do globo (ÁVILA, 2014).

¹³ Um forte exemplo desse tipo de atuação é o caso do sequestro de técnicas de enfermagem no Rio de Janeiro, que foram levadas por traficantes, da comunidade do Salgueiro, para vacinar os moradores da favela contra a febre amarela. A vacina estava sendo aplicada nos postos de saúde, mas não alcançava toda a comunidade, que levou à ação dos bandidos. Para mais informações, ver em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/02/02/internas_polbraeco.657411/secretaria-investiga-sequestro-de-tecnicas-para-vacinar-moradores-de-f.shtml

Diante dessas dinâmicas violentas, compreende-se, então, a partir dos Estados para Paz, que esses grupos agem de maneira paradoxal, ao passo que, ao mesmo tempo que as estruturas violentas da sociedade formam as bases para que essas organizações existam, elas também são importantes fatores de propagação de todos esses tipos de violência. No caso da violência cultural, por exemplo, sua expressão ocorre em grande parte contra as minorias, em especial, com os negros, que representam a maioria da população carcerária brasileira (FERREIRA, 2017).

A Infopen, sistema de informacoes estatisticas do sistema penitenciário brasileiro, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, afirma que o país possui a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de setecentos mil presos e com uma estrutura muito aquém da necessária para suprir essa demanda, ocasionando superlotação, condições precárias de existência e consequentemente mais violência. Porém, o mais estarrecedor quando observado a população carcerária é o perfil de quem é preso no país.

Diante do total de número de presos, 61,7% são pretos ou pardos (53% da população total do país), e de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em 2014, 75% dos encarcerados têm até o ensino fundamental completo, o que indica um padrão de baixa renda entre os presidiários. A Depen também afirmou que em 2018, mais de 60% das mulheres e 25% dos homens presos respondiam por algum tipo de tráfico, causa mais frequente de prisão para ambos os gêneros¹⁴.

As estatísticas apenas escancaram uma realidade bastante conhecida pelos brasileiros, no qual a criminalização do negro e do pobre é cada vez mais intrínseca na sociedade. A violência cultural propagada através de um racismo institucionalizado por anos na nossa sociedade, que ainda mina as oportunidades dos moradores da periferia, expostos diariamente a um ambiente hostil e violento, tornando-se uma situação cotidiana e atraindo um exército de jovens para o crime. A criminalidade organizada transnacional é capaz de transformar a violência cultural e estrutural, marcada por injustiças sociais que seus membros sofrem, em violência direta, que agravam de forma significativa os indicadores de violência da região (FERREIRA, 2017).

¹⁴ Essas informações foram obtidas através do portal da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, e mais detalhes podem ser encontrados através do link: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-o-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>

Diante de sua enorme influência e efeito negativo na sociedade, faz-se necessário compreender quais fatores contextuais colaboram para que esses grupos tenham tamanha força para propagação da violência. Em Ávila (2014), são apontados alguns fatores essenciais para tal, sendo o primeiro a legitimidade do Estado. Compreendendo-se que o consenso é o que traz essa legitimidade, não necessariamente a força, na ausência de governantes legítimos, a lealdade e a admiração dos cidadãos podem ser direcionadas para outras pessoas ou grupos. Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro é um grande exemplo, no qual suas favelas, resultado da evolução de relações humanas e de dinâmicas sociais que ocorrem a mais de cem anos, possuem uma relação de poder estranho à moradores de bairros regulares.

Nessas localidades, há gerações, grupos não estatais assumem o controle, dando aos moradores diferentes concepções de poder, como é o caso das milícias e das facções que controlam os morros cariocas, e funcionam como uma autoridade no local, minando o poder e a influência estatal. Nesse sentido, cria-se uma espécie de mentalidade “nós contra eles”, que gera uma descrença dos moradores locais com o poder público, que por sua vez, falha de forma significativa em provar políticas públicas para as favelas, tornando a situação ainda mais complexa e as relações de poder ainda mais distorcidas (POLAK, 2014).

Em entrevista à Leslie Leitão, da revista VEJA, o traficante Playboy, conhecido como o chefe do Complexo da Pedreira, na periferia do Rio de Janeiro, o traficante se define como um “mal necessário”, expressão utilizada por Hobbes em Leviatã, pois o chefe do crime, detentor do monopólio da violência no local, é também o responsável por prover boa parte das tarefas que deveriam ser promovidas pelo Estado, como a garantia de lei e ordem, direito da propriedade, além de grande assistência social, que garante seu prestígio local, e uma contestação ainda mais acalorada do governo¹⁵.

Entretanto, essa situação definitivamente não é uma realidade somente na cidade do Rio de Janeiro, e se alastra por todas as regiões do país, principalmente nas grandes cidades, como é também o caso de João Pessoa, capital da Paraíba, que conta com uma forte presença de duas

¹⁵ Narloch, Leandro. Os traficantes e o império da lei nas favelas. VEJA. 2017. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/os-trafficantes-e-o-imperio-da-lei-nas-favelas/>> Acesso em: 12 de agosto de 2019

facções locais rivais, que dividem e demarcam suas zonas de influência, dificultando a atuação estatal e o combate a violência local, servindo também como uma espécie de poder alternativo ao governo local, impondo suas próprias regras, como é possível ver na imagem abaixo¹⁶.

Imagem 1 - Código de conduta da Okaida (PB) pichadas em muro de João Pessoa/PB



(Imagem do acervo do Correio da Paraíba – Facção criminosa ‘Okaida’ lista seu código de conduta em muro da capital paraibana)

Ademais, a capacidade extrativa e redistributiva dos Estados também é um fator de grande relevância. Diante da construção dos consensos que legitimam o Estado, às capacidades estatais de extração de tributos e sua capacidade de fornecimento de serviços públicos de qualidade são cruciais, sendo o governo responsável por deter as capacidades fiscais mínimas para fornecer bens públicos de qualidade. Nesse sentido, a sensação de exploração estatal, ou evidências de corrupção, corroboram também para que a legitimidade do Estado seja colocada em cheque, principalmente quando há uma primazia dos interesses privados em detrimento do coletivo (ÁVILA, 2014).

¹⁶Machado, Leandro. A ascensão da Okaida, facção criminosa com 6 mil ‘soldados’ na Paraíba. BBC News Brasil. São Paulo. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47942626>> Acesso em: 19 de agosto de 2019

No caso brasileiro, de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção (IPC)¹⁷, piorou em 2018, diante de uma queda de nove posições em relação ao ano anterior, ocupando a 105ª posição, entre 180 países avaliados, com uma pontuação de 35¹⁸, sendo o pior resultado desde 2012. O think-tank também alerta para a falta de medidas estruturais que aderessassem o problema, de modo a minimizar os efeitos da corrupção endêmica que assola o país. A Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ DAPP) também fez uma pesquisa de opinião pública durante agosto de 2017 e constatou uma grande insatisfação dos brasileiros em relação ao contexto político de mais de 70%, em todas as regiões, faixas etárias e de renda¹⁹.

Esse ciclo de desconfiança no poder público e nas instituições brasileiras também foi atestada pelo Eldeman Trust Barometer²⁰ em 2017, que indica que somente 24% dos brasileiros acreditavam no governo e 62% afirmaram que o sistema nacional como um todo ruiu e não tem mais capacidade de cumprir as demandas sociais. Além disso, o mesmo relatório indica que para 70% dos entrevistados, seu maior medo no país é a corrupção. Tais dados são estarrecedores ao constatar a colocação feita em Ávila (2014) de que esse tipo de cenário influencia bastante no êxito dessas organizações, que atuam com mais facilidade em países com governos mais fracos ou considerados ilegítimos, que não tem um poder capaz de controlar suas instituições, muito menos de combater o crime organizado de forma efetiva.

Nesse sentido, a região sul-americana, apresenta um quadro ideal para a propagação dessas facções, que se tornam cada vez mais capilarizados nas estruturas de poder estatais, se proliferando de forma intensa por toda região, diante da fragilidade governamental. Fica evidente que os países com maiores debilidades sociais são mais propensos a terem taxas mais altas de

¹⁷ A mais duradoura e abrangente ferramenta de medição de corrupção do mundo. Existe desde 1995 e reúne resultados de 180 países e territórios. A pontuação indica o nível percebido de corrupção no setor público numa escala de 0 a 100, em que 0 significa que o país é considerado altamente corrupto e 100 significa que o país é considerado muito íntegro. Para mais informações, acessar: <https://www.transparenciainternacional.org.br/quem-somos/sobre-a-ti/>

¹⁸ O Índice de Percepção da Corrupção 2018, publicado pela Transparência Internacional, mensura os níveis de percepção de corrupção no setor público em 180 países e territórios. Com base em 13 pesquisas de avaliação feitas com empresários e especialistas, as pontuações do índice estão dispostas em uma escala de zero (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro).

¹⁹ Para mais informações e acesso à pesquisa completa, acesse: <http://dapp.fgv.br/o-dilema-brasileiro-entre-descrenca-no-presente-e-esperanca-no-futuro/>

²⁰ Para acessar a pesquisa completa, acesse: <https://www.edelman.com/research/2017-edelman-trust-barometer>

homicídios - manifestação da violência direta, - do que países com uma desigualdade menor (UNODC, 2019).

Tal quadro demonstra a relevância e necessidade em ter análises mais profundas em relação ao Crime Organizado Transnacional nos Estudos para Paz (EP), focando em cenários além de zonas de conflito e pós conflito, que geram tanta violência quanto (FERREIRA, 2017) e necessitam de uma compreensão mais sistêmica do tema de modo a se conhecer qual a melhor forma de lidar com um problema, que perpassa as fronteiras nacionais.

No caso brasileiro, o país segue as tendências da região em que pertence, no que concerne a fragilidade das estruturas sociais que acabam promovendo a propagação de dinâmicas violentas, corroborando ainda mais com o COT, e enfraquecendo consideravelmente o poder de retaliação e prevenção de crimes por parte do Estado. Diante de todo esse cenário socialmente, economicamente e politicamente desestabilizado, - presente em toda a história do país, - grupos criminosos organizados como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), as principais facções do Brasil e originárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente, acham no país, terreno fértil para a expansão de sua operação, de membros e de novos mercados.

Enquanto organizações criminosas, executam crimes de maneira profissional e sistemática, de modo a maximizar seus lucros e expandir suas operações. Estabelecem, também, parcerias estratégicas com outros grupos locais, de modo a ampliar mercados e proliferando suas operações por toda a região sul-americana e outras regiões do globo. No Brasil, a atuação desses grupos vem ganhando cada vez mais relevância no cenário nacional, ao passo que, após o rompimento das principais facções do país, a instabilidade da segurança pública ganhou maior notoriedade, após uma série de rebeliões em presídios ao redor do país acontecer, ao passo que diversas cidades, como o importante cartão postal brasileiro, o Rio de Janeiro, se viram em estado de calamidade pública, no qual o Estado não tinha mais força nem estrutura para combater o crime organizado.

Esses dois importantes grupos criminosos brasileiros, em especial, disputam mercados em todas as regiões e estão em conflito intenso desde a morte do traficante Jorge Rafaat Toumani em 2016, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, um dos principais corredores de drogas do país,

que fez com que as tensões entre os grupos se intensificaram consideravelmente. Ademais, essa guerra travada pelas facções tem implicações para toda a região sul-americana, afetando a construção da paz nas regiões de fronteiras com Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia e dificultando bastante a atuação dos governos desses países na manutenção da segurança pública e proteção às fronteiras. Por sua relevância na sub região, em especial, no Brasil, o conflito entre as facções, e suas implicações, é o principal objeto de estudo do presente trabalho.

2.1 Principais facções brasileiras como obstáculo para a paz na região: PCC e CV

“Objetivamente o Estado brasileiro é sócio do crime organizado, pois, embora o Estado seja detentor do sistema prisional, quem de fato controla as prisões são as facções. Todos sabem disso, mas ninguém age para mudar essa realidade.” - Raul Jungmann, ex-ministro da Segurança Pública (2018–2019) em palestra na Fundação Fernando Henrique Cardoso

Apesar de não protagonizar nenhum conflito interestatal na história recente, a América do Sul amarga a realidade de ser uma das regiões mais violentas do planeta²¹, encabeçando um dos índices de piores taxas mundiais de homicídios. A explicação para esse cenário não está nos investimentos sem segurança pública, ou necessariamente em falta de dureza no combate ao crime, grande parte da região já tem travado uma sangrenta e repressiva guerra às drogas, buscando reprimir a criminalidade - porém, as melhorias na segurança da região não vem sendo tão significativas (UNODC, 2019).

De acordo com o relatório apresentado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime²², o crime organizado é responsável por um número de homicídios próximo ao gerado por conflitos armados ao redor do mundo, e pode influenciar cerca de 25% a 70% de todos os homicídios da região. Isso acontece em grande parte porque é na América Latina, que um dos negócios ilícitos mais lucrativos do mundo é produzido em larga escala²³.

²¹ LISSARDY, Gerardo. **Por que a América Latina é a região mais violenta do mundo**. BBC. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48988559>. Acessado em: 22 de setembro de 2019

²² Dados disponíveis no Relatório Mundial Sobre Drogas, compilado pela UNODC: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>

²³ Dados disponíveis no Relatório Mundial Sobre Drogas, compilado pela UNODC: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>

Quando observado a taxa média de homicídios global, não passa de 6,1 por 100 mil habitantes, ao passo que, na América do Sul esse índice chega a 24,2. Além disso, grande parte desses homicídios - cerca de 3 em cada 4, - nas Américas em 2017, foram executados com armas de fogo. Esse índice é bem mais elevado que a média global, e se deve em grande parte ao fácil acesso ao armamento na região, a existência de diversas facções criminosas, e principalmente em relação a impunidade generalizada e descrença nas instituições locais, que reduz bastante o custo de cometer um assassinato. A ineficiência na justiça é tão grave, que em 2016, houveram apenas vinte e quatro condenações para cada cem vítimas. Em países como o Brasil, essa taxa de resoluções de assassinatos é ainda menor (UNODC, 2019).

Como parte integrante de uma das regiões mais violentas do mundo, o Brasil ainda consegue se destacar. O país se encontra até 2017, numa constância de alta no índice, alcançando em 2016, a marca dos sessenta mil assassinatos no mesmo ano, sendo um índice histórico para o país, chegando a uma taxa de homicídios trinta vezes maior do que a europeia. De acordo com o Atlas da Violência de 2018²⁴, mais de quinhentos e cinquenta mil brasileiros foram assassinados de forma violenta na última década, equivalente a queda de um Boeing 737 lotado todos os dias, se firmando como segundo país mais violento da América do Sul. A dinâmica da taxa de homicídio nos últimos anos pode ser observada através do gráfico abaixo.

²⁴ Produzido anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Acesso em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

Gráfico 2 - Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

De acordo com o relatório da UNODC (2019)²⁵, uma constante desde o começo do século é a conexão entre o crime organizado e as mortes violentas. O COT foi responsável por cerca de 19% dos homicídios em 2017, causando muito mais mortes do que conflitos armados ou casos de terrorismo. Tal relação não é diferente no Brasil. Porém, essas estatísticas apontam para a violência direta que assola o país, sendo a grande manifestação de fortes estruturas violentas que se perpetuam numa região extremamente marcada pela desigualdade e injustiça social - tornando-se terreno fértil para a perpetuação dos grupos criminosos.

A crise nos presídios, a superlotação carcerária, o caos na segurança pública, os altos índices de homicídios - todos esses fatores são reflexos diretos de uma forte violência cultural e estrutural que se refletem em sua manifestação direta, nos elevados índices de criminalidade

²⁵ ONU. 2019. Disponível em <https://nacoesunidas.org/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-america-do-sul-diz-relatorio-da-onu/> Acesso em: 30 de julho de 2019

presente no Estado brasileiro. No país, a constante exposição à esse tipo de violência acarreta numa desconfiança no governo e na sua autoridade, causando sentimentos de raiva e alienação, que fortalecem ainda mais tais estruturas violentas (ÁVILA, 2014). Porém, esse problema não é recente, suas consequências remontam diversos pontos da história brasileira, em especial, ao intenso processo de redemocratização do país, que além de importantes transformações sociais, econômicas e política, serviu como conjuntura também para a intensificação de diversas estruturas violentas, que culminaram no surgimento dos principais grupos criminosos em atuação (DIAS, 2009).

Assim, a violência estrutural propaga um racismo enraizado na essência do último país a abolir a escravidão - que mina as oportunidades de crescimento de grande parte da sociedade brasileira - em especial, moradores de periferia, resultando em uma espécie de “exército de desempregados” prontos para serem recrutados pelas facções, que os promete melhores condições de existência e chances claras de ascender socialmente. Na Américas, por exemplo, o ciclo se inicia na produção dos insumos para as drogas, na compra de armamentos ilegais, na utilização das fronteiras frágeis da região para ingressar em diversos países, e termina quando a droga finalmente chega na mão de um viciado ou na morte de mais um na guerra às drogas - e para todo esse processo, é necessário cada vez mais pessoas que estejam dispostas a dar suas vidas por condições melhores (FERREIRA, 2017).

O resultado disso é o aumento cíclico da criminalidade epidêmica²⁶ e consequentemente, da criminalização da pobreza no país. Diversas crianças que vivem nessas situações precárias, se adaptam de maneira patológica a uma realidade marcada por violência, sem perspectiva de futuro e oportunidades, em um ambiente de violência direta constante, que torna a situação extremamente propícia para a proliferação de grupos criminosos (YY. 2017), que recrutam essas pessoas oferecendo garantias básicas, como proteção, educação, acesso à saúde, nos quais o Estado falha em conceder.

Nesse sentido, a problemática dos jovens é tão estarrecedora no país, que de acordo com o Atlas da Violência (2018), 56,5% de óbitos dos brasileiros entre 15 e 19 anos foram mortes violentas, que retratam diretamente a desigualdade racial no país, no qual 71,5% das pessoas

²⁶ A OMS considera epidêmicas taxas de homicídio superiores a 10 homicídios a cada 100 mil habitantes.

assassinadas são negras ou pardas. Ao passo que em 2017, 23% dos jovens não estudavam e nem trabalhavam, durante um momento de profunda transição demográfica do país, com o desemprego alcançando mais de treze milhões de pessoas - sendo o dobro entre os jovens, em grande parte negros, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)²⁷ realizada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse quadro se torna ainda mais preocupante, quando analisado a desigualdade social brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), o índice que mede a desigualdade vem subindo desde 2015, e atingiu em março de 2019, o maior patamar²⁸ desde o começo da série histórica, em 2012. Diante disso, a busca pela paz positiva, isto é, por uma justiça social no Brasil, é cada vez mais mitigada, fortalecendo ainda mais estruturas violentas no país.

Além das estruturas racistas e da considerável desigualdade social, a fragilidade política do Estado brasileiro marcada fortemente pela corrupção e descrença nas instituições, auxilia as estruturas criminosas a se perpetuar por diversas instituições e localidades do país. As organizações criminosas formam uma espécie de “poder paralelo”, no qual seu reconhecimento decorre das analogias entre as mesmas e os modos de funcionamento do Estado, com um comando político central, hierarquia bem definida, controle territorial, e entre outros fatores nos quais classificam o crime como organizado (RAFAEL, 2001). A grande diferença entre as instituições brasileiras e as facções, é que no caso do crime organizado, as suas normas, regras, hierarquia, tem um custo muito grande no seu não cumprimento, em grandes casos, com a própria vida.

Para atuar de forma eficiente, as organizações criminosas, em especial as vinculadas ao tráfico, necessitam se infiltrar nas principais instituições brasileiras, enlaçando o Estado através de apoiadores, beneficiados através de propinas, proteção ou até mesmo através de ameaças, formando uma rede de apoiadores – deputados, juízes, policiais, carcereiros - que permite a esses

²⁷ Para mais informações, acessar através do link:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html>

²⁸ O indicador estudado pela pesquisa é o índice de Gini, que monitora a desigualdade de renda em uma escala de 0 a 1 – sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. O do Brasil ficou em 0,6257 em março.

grupos, burlar o Estado, seu controle, suas fronteiras, e expandir e executar suas operações com eficiência e alta lucratividade no país e no exterior (RAFAEL, 2001).

A dimensão da situação foi exposta e ganhou visibilidade com os resultados da CPI do Narcotráfico²⁹, de 2000, na qual aprovou seu relatório final indiciando mais de 800 pessoas, entre elas dois deputados federais, catorze estaduais e seis desembargadores. Outras pessoas públicas também foram citadas nos inquéritos, como prefeitos, delegados, policiais civis, militares e empresários, por ligações com o crime organizado.

Essa conjuntura complexa e violenta acarreta em um claro caminho para o colapso no sistema da segurança pública do país. Guerras travadas em diversos níveis, entre o Estado brasileiro e as principais facções criminosas, e entre os próprios grupos do crime, marcam o dia-a-dia, principalmente, das principais periferias do país, e tornam a população brasileira refém de uma violência latente e constante.

Ademais, esse caos da criminalidade no país está muito bem representada pelos números do anuário “Segurança Pública em Números 2017³⁰” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública³¹, no qual constata-se que os assassinatos cometidos no Brasil em 2016 correspondem aos números de mortes provocadas pela bomba nuclear que dizimou a cidade de Nagasaki, no Japão, em 1945, chegando à mais de 61 mil mortes violentas, o maior número já registrado no Brasil, alcançando um índice de 7 assassinatos por hora no país. Desse número, mais de 2.600 mortes foram de latrocínios - roubo seguido de morte - apresentando um crescimento de 50% de 2010 à 2016.

No mesmo ano, aumentou significativamente o número de pessoas mortas em atuações policiais no país. Foram mais de 4.220 casos, o maior número já registrado, e 27% maior em relação ao ano anterior. Aproximadamente 99% desses mortos são homens, 81, 8% são jovens, entre 12 e 29 anos e 76,2% são negros, de acordo com o mesmo anuário. Essa violência policial,

²⁹ Relatório completo da CPI do Narcotráfico, no link:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpinarco/relatoriofinal.pdf>

³⁰ Acesso ao anuário Segurança Pública em Números 2017, acessar pelo link:

http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf

³¹ O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados.

principalmente diante da impunidade dos casos, é notada como um sintoma de problemas graves de organização e funcionamento das polícias brasileiras. "Estes problemas, se não forem solucionados, particularmente em democracias emergentes como o Brasil, podem gerar problemas políticos, sociais e econômicos sérios e podem contribuir para a desestabilização de governos e de regimes democráticos" (MESQUITA NETO, 1999, p.131).

Outro dado estarrecedor se refere à vitimização policial. Mais de 450 policiais civis e militares foram assassinados em 2016, 134 somente no Rio de Janeiro, um número 23,1% superior em relação ao ano anterior. O dado só considera os agentes ativos e constata a situação absurda de trabalho nas quais os policiais são expostos, com jornadas extenuantes, equipamentos de baixa qualidade, armamentos insuficientes e tecnologias inferiores às utilizadas pelo crime organizado no país. O pesquisador sênior da Human Rights Watch³², César Muñoz, fez um trabalho de campo com policiais militares em 2017 e constatou categoricamente que os direitos deles são negligenciados. São reprimidos em suas corporações, com a liberdade de expressão bastante limitada, fazendo com que não denuncie abusos por medo de retaliação. Ademais, há o medo de serem reconhecidos foram de serviço, situação na qual a maioria dos policiais são assassinados.

Esses números só demonstram o que já é muito claro para a população brasileira - que a guerra contra o crime organizado está longe de ser vencida, muito pelo contrário, a atual conjuntura do país de desestabilidade política, econômica e social só fortalece as organizações criminosas. De acordo com o relatório Fragile States Index 2017 do The Fund For Peace³³ - que mede a vulnerabilidade de um país - o Brasil está se tornando cada vez mais um país instável, apresentando um dos resultados que mais pioraram nos últimos anos. No ranking de 2017, o Brasil ocupa a posição 110 de 178 países analisados, e segundo análise do próprio think-tank,

³² CASTRO, Grasielle. Human Rights Watch alerta para aumento no número de policiais mortos no Brasil. Huffpost. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/01/19/human-rights-watch-alerta-para-aumento-no-numero-de-policiais-mortos-no-brasil_a_23337335/. Acesso em: 25 de julho de 2018

³³ The Fund for Peace. Fragile states index 2017: factionalization and group grievance fuel rise in instability. Fragile States Index. 2017. Disponível em: <http://fundforpeace.org/fsi/2017/05/14/fsi-2017-factionalization-and-group-grievance-fuel-rise-in-instability/>. Acesso em: 28 de julho de 2017

as causas desse resultado giram em torno da grande mudança política que o país passou em 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e seus desdobramentos.

A instabilidade econômica que se instaurou, refletiu de forma intensa em diversas cidades, como foi o caso do Rio de Janeiro, que decretou estado de emergência após de sediar dois eventos mundiais, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O constante conflito entre facções no Rio fazem do estado palco de uma guerra sem nenhuma perspectiva de fim, principalmente diante da incapacidade do estado de retaliar. Por consequência, foi justamente no estado carioca que as discussões a respeito da segurança pública ganharam maior evidência durante os últimos anos. Desde 2016, quando o Rio de Janeiro decretou estado de calamidade, o orçamento para essa área diminuiu, com o corte no contingente policial e nos benefícios dos servidores da área³⁴.

O resultado foi um colapso completo das possibilidades que o governo do Rio tinha para lidar com a criminalidade, levando o governador do estado, Luiz Fernando Pezão (MDB), a declarar que as polícias Civil e Militar não tinha mais condições de deter a guerra entre as facções, pedindo apoio ao governo federal, que culminou na Intervenção Federal, assinada pelo atual presidente, Michel Temer, que coloca o general Walter Souza Braga Netto, líder do CML (Comando Militar do Leste) no comando da área da segurança no estado, ficando responsável, até o fim do ano, pelas polícias, bombeiros e área de inteligência do general³⁵.

Outros estados brasileiros também enfrentam séria dificuldade em lidar com a violência ocasionada pela atuação das diversas facções criminosas estabelecidas no país. O ano de 2017 foi intensamente marcado por conflitos em penitenciárias por todo o Brasil, incluindo algumas das maiores chacinas da história do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Em novembro de 2017, Manaus protagonizou um massacre que vitimou pelo menos 67 pessoas, após uma rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, que precedeu outra duas rebeliões, sendo uma

³⁴ ADORNO, Luís. Falta de planejamento, facções e crise: como a segurança do Rio chegou ao ponto da intervenção. UOL, São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/falta-de-planejamento-faccoes-e-crise-como-a-seguranca-do-rio-chegou-ao-ponto-da-intervencao.htm>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019

³⁵ ADORNO, Luís. Falta de planejamento, facções e crise: como a segurança do Rio chegou ao ponto da intervenção. UOL, São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/falta-de-planejamento-faccoes-e-crise-como-a-seguranca-do-rio-chegou-ao-ponto-da-intervencao.htm>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019

no dia seguinte, vitimando mais quatro pessoas na Unidade Prisional de Puraquequara (UPP) e outra uma semana depois, com quatro detentos mortos, na cadeia de Raimundo Vidal Pessoa.

No mesmo ano, outra rebelião em Roraima deixou mais 37 pessoas mortas, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na capital do estado, Boa Vista. Também em 2017, o maior presídio do Rio Grande do Norte foi palco de uma nova chacina, com 27 mortos, devido ao conflito entre o PCC e o Sindicato do Crime. Esses foram apenas alguns capítulos da série de crise penitenciária e de segurança pública que o país vem passando.

Porém, grande parte desses acontecimentos giram em torno de uma guerra travada entre as duas maiores facções criminosas brasileiras, por disputas territoriais e ampliação da sua zona de poder. Assim, para compreender o caos da segurança pública e o índices estarrecedores da violência no país, faz-se necessário analisar a atuação, os objetivos e a história do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC), que teve seus conflitos amplificados a partir de 2016, assim como as dinâmicas desse conflito travado pelas duas organizações, que já trouxe consequências significativas para todas as regiões do país.

Durante o ano de 2016, em que o índice de homicídios no Brasil atinge um nível histórico, se inicia um conflito entre as duas principais facções criminosas do país: o PCC e o Comando Vermelho, tendo seu estopim diante do assassinato do traficante Rafael Rafaat, que controlava a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Compreender as dinâmicas e conjunturas desse conflito é crucial para o entendimento do contexto atual do país - principalmente no que tange a segurança pública, tendo suas consequências repercutidas em todas as regiões do país e até mesmo, da América do Sul.

2.1.1 O Comando Vermelho (CV): “Paz, Justiça e Liberdade”

“O senhor estava na Ilha Grande quando foi criada a Falange Vermelha, hoje batizada de Comando Vermelho. De lá para cá, o que mudou?

William da Silva Lima: a bandidagem hoje é mais violenta do que na minha época porque a sociedade é mais agressiva. O avanço do capitalismo é o maior responsável pelo aumento das desigualdades sociais e da criminalidade. Enquanto as desigualdades forem expressivas, a criminalidade só tende a crescer. O capitalismo massacra o pobre, aumenta o desemprego e abandona os jovens, que ficam sem nenhuma

perspectiva de vida.” (Entrevista concedida por William da Silva Lima, um dos criadores do Comando Vermelho, que se encontra no livro *Marcinho VP: Verdades e Posições*, ao jornalista Renato Homem).

Diante de um intenso processo de redemocratização, o país efervescia de novas ideias em vários segmentos. No pensamento social, diante do crescimento dos índices de violência, dos processos econômicos, dos modos de atuação do governo, e das políticas de segurança questionáveis, adotados do regime autoritário, foram pontos de extrema relevância para a sociologia na época (ADORNO, 1993). Nesse sentido, a criminalidade ganha evidência nas discussões de problemas prioritários a serem enfrentados no país, alcançando destaque na mídia e nos debates em diversas áreas, não mais sendo tratada como assunto sobre das esferas jurídica e médica, tornando-se de fato um problema nacional. (DIAS, 2009).

Entretanto, tais mudanças não ocorreram da mesma forma ou velocidade em todas as regiões do país, porém na cidade do Rio de Janeiro essa conjuntura teve um destaque muito maior, principalmente na mídia. O grande fator para essa preponderância, foi, em grande parte, o surgimento da organização carioca denominada Comando Vermelho (CV) (DIAS, 2009). Assim, em Ilha Grande, local paradisíaco e importante atração turística localizada na costa do Rio de Janeiro, abrigava também um dos piores presídios que já existiram: o presídio Cândido Mendes, também conhecido como caldeirão do diabo (HARTMANN, 2011).

Criado em 1886, na época do imperador Pedro II, a prisão abrigava os piores criminosos da época, e a partir do século XX, passou a receber diversos presos políticos, opositores da ditadura militar, guerrilheiros, assassinos, criminosos comuns e estupradores do estado, tendo sua existência estendida até 1993. Assim, diante desse contexto repressivo e de perfis diversificados, os presos trocavam experiências e compartilhavam seus conhecimentos e formas de pensar, fazendo crescer a semente da organização criminosa que atuava sob o lema “Paz, Justiça e Liberdade”.

Há quem defenda a tese que essas trocas de informações aconteceram de maneira involuntária, por consequência da convivência entre presos políticos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e presos comuns, não havendo intenção de ensinar técnicas de guerrilha aos bandidos. Porém, existe também a possibilidade desses ensinamentos terem sido passados de forma intencional (GONÇALVES, 2010). Os presos comuns teriam aprendido sobre formas de

se organizar e estruturar suas ações, de modo a culminar em organizações criminosas altamente institucionalizadas e com uma organização exemplar em seus processos (DIAS, 2009).

Assim, independente da intenção, essa coexistência com presos politizados e membros de guerrilhas, despertou interesses mais sofisticados nos presos comuns, levando-os a buscar livros, métodos, valores e ideologias, fortalecendo a ligação entre eles, numa estratégia conhecida nos presídios de “Organizar-se ou Morrer” (HARTMANN, 2011), diante de um contexto tão violento, com forte exposição a torturas, humilhações, estupros, assassinatos e uma má estrutura carcerária.

Formou-se, então, o grupo conhecido como Falange Vermelha, internalizando seus aprendizados sobre táticas de guerrilhas, formas de organização, hierarquia de comando e clandestinidade (GONÇALVES, 2010), e tendo principais fundadores foram Willians da Silva Lima, o "Professor", Paulo César Chaves e Eucanã de Azevedo. A facção com seu forte tom ideológico, buscava reivindicar os direitos dos presos ao governo, conquistando mais admiradores no sistema penitenciário carioca. A Falange possuía também como sua primeira regra não negociável, o “respeito ao companheiro”, isto é, aos membros da organização e buscou se profissionalizar em assaltos a bancos e sequestros de pessoas públicas, se assemelhando as atuações dos seus mentores, de modo a maximizar seus lucros e financiar novas ações (DIAS, SALLA, ALVAREZ, 2013).

Porém, a Falange Vermelha se transforma em Comando Vermelho, e no final da década de 1970, surge a primeira facção criminosa do país, com seu nome fazendo alusão à cor vermelha de partidos e organizações políticas de esquerda, carregando consigo também aspectos ideológicos, que se tornou uma forte marca do Crime Organizado no país. Essa mudança representou uma virada importante, pois o perfil das suas lideranças também mudou, transformando a forma de agir da organização, que passaram de assaltantes de bancos, para traficantes no poder do grupo. Primeiramente, traficantes não desenvolviam grandes vínculos com a massa carcerária, pela constância de mudanças de prisões, fugas e principalmente porque independente do local, consegue-se manter seus negócios acontecendo, diferentemente de um assaltante de banco (DIAS, SALLA, ALVAREZ, 2013).

Nesse sentido, o discurso dos membros e a forma de coação também mudam. O que era antes baseado numa necessidade de união dos presidiários pela repressão institucional, de modo a lutar pelos seus direitos, passou a ser uma forma de poder remunerativa, exercida pelos traficantes que bonificavam financeiramente os serviços prestados, apontando que isso serviria para melhorias na infraestrutura carcerária, na promoção de atividades sociais, favores e promessas de ingresso na rede do tráfico, porém sem grandes embates com o poder público (DIAS, SALLA, ALVAREZ, 2013).

Isso acontecia, ao passo que, no Brasil se acalorou as discussões sobre as modificações das políticas prisionais, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, objetivando as alterações dos padrões definidos durante a Ditadura Militar, estimulando a defesa dos direitos dos presos e a redução da violência em ambientes prisionais. Porém, o crime organizado se fortaleceu ainda mais nesse contexto, diante de uma modernização da criminalidade urbana, marcada pelo surgimento de Comandos e Falanges, que se apresentam como modelo de negociação da ordem prisional, confrontando os padrões impostos e reivindicando direitos. Portanto, o surgimento dessas organizações são reflexos de todo um sistema criminal que vinha se instaurando diante do contexto brasileiro, não por consequência das políticas de humanização do sistema carcerário (PAIXÃO, 1987).

Diante desse contexto, o Comando, com uma nova formação, logo avança durante a década de 1970 e toma o poder no presídio, estabelecendo regras e valores que todos os presidiários deveriam seguir, incluindo a proibição de estupros, brigas entre gangues rivais, e o fortalecimento de uma união de todos por uma só causa (HARTMANN, 2011). O fortalecimento da atuação no recém chegado mercado da cocaína, abre portas extremamente lucrativas para o grupo e torna sua atuação bem mais capilarizada, diante do controle de um comércio que era estruturado através de redes que iam dos presídios aos morros, com forte controle territorial e embates entre os grupos por maior controle comercial das atividades ilícitas. Ainda na década de 1980, o grupo se fracionou, surgindo algumas organizações rivais, como o Amigos dos Amigos (ADA) (DIAS, 2009).

De modo a organizar sua estrutura, foi criado um Tribunal do Crime, no qual as infrações tal como as punições, eram julgadas pelos chefes do grupo alocados nos presídios, funcionando

como uma espécie de sistema judiciário da facção. Além disso, uma das primeiras ações do CV foi estabelecer o chamado “Caixa comum”, conhecido como “dízimo” - uma espécie de arrecadação por aqueles membros que pertenciam ao grupo mas estavam em liberdade. Assim, no início da década de 80, esses presos começaram a aplicar os ensinamentos adquiridos no convívio do presídio, praticando diversos assaltos à bancos, empresas e joalherias, de modo a aumentar a arrecadação do dízimo, e assim, auxiliar na fuga de mais presos de Ilha Grande (HARTMANN, 2011).

Porém, esse tipo de operação era altamente arriscado, apesar de lucrativo, então, o Comando passou a atuar mais ativamente na obtenção do monopólio do tráfico de drogas e armas, em cidades cariocas como Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, entre outras (HARTMANN, 2011). A cocaína então passou a ser grande responsável pela expansão do Comando, a partir da década de 80, consolidando o Brasil na rota da droga, como mercado consumidor do produto de baixa qualidade e ponto de distribuição para os Estados Unidos e Europa.

A partir da década de 90, o grupo passou a ter bastante reconhecimento nacional, liderado por conhecidos chefes do crime, como Fernandinho Beira-Mar, Elias Maluco, Marcinho VP e Mineirinho da Cidade Alta, e cerca de 90% das favelas do Rio eram dominadas pela facção. O foco da atuação do grupo é o narcotráfico e roubo de cargas. Ademais, se tornou também uma alternativa atrativa para os jovens das favelas cariocas, sem grandes perspectivas de crescimento profissional, pois buscar superar a violência estrutural, buscando meios ilícitos para sustentar a família, obter proteção e um status relevante na comunidade. Grande parte dos que comandam os pontos de drogas são jovens, pois os mais experientes comandam as operações da cadeia ou estão mortos.

O grupo, apesar da sua forte atuação no Rio de Janeiro, tinha dificuldade em alcançar a hegemonia, diante da guerra por território lutada em três frentes, sendo duas delas com facções rivais, dissidentes do próprio CV, o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Amigos dos Amigos (ADA). A última frente é contra a polícia. Para isso, a facção conta com um grande número de membros, fortemente armados com fuzis e granadas, para repelir as ofensivas, principalmente

policiais, pois os outros grupos criminosos também não possuem poder bélico suficiente para se opor firmemente ao CV, grupo considerado pela polícia como o mais sanguinário.

No início dos anos 90, surgiu a dissidência Terceiro Comando, que posteriormente formou os Amigos dos Amigos (ADA), sendo que atualmente o grupo Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e Comando Vermelho disputam os pontos de tráfico no Rio de Janeiro. Assim, atualmente, o Comando Vermelho comanda o tráfico no Complexo do Alemão, Mangueira, Providência e Jacarezinho; o Terceiro Comando tem como reduto Acari, Dendê, Parada de Lucas, Rebu, Serrinha e Baixa do Sapateiro, enquanto Amigos dos Amigos é responsável pelo tráfico da Rocinha, Vila dos Pinheiros, Morros dos Macacos e Vila Vintém. (CUNHA, 2011)

Assim, nas palavras de Moreira Franco, então governador do Rio de Janeiro na década de 1990, “O crime não é mais o mesmo. Quem acredita que são apenas um bando de ignorantes, um punhado de analfabetos, está completamente enganado”. Atualmente, a facção está organizada em alguns presídios cariocas, como Bangu 1, considerado o quartel general do grupo por abrigar seus principais líderes e controla também algumas associações de de favelas. No entanto, não há uma liderança central na facção, sendo a chefia subdividida em áreas comandadas por pessoas diferentes, que formam uma espécie de colegiado do grupo.

A partir de 2010, o grupo ocupou o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, estabelecendo suas principais operações na comunidade, principalmente referentes ao tráfico de drogas. Outras favelas como Acari, Juramento, Dendê, Parada de Lucas e Dona Marta, também são controladas pelo grupo, de acordo com a Secretaria do Estado de Segurança (SESEG). Atualmente, o grupo atua em todo o Brasil e nas principais fronteiras da região sul-americana, que favorece suas operações de tráfico, e tem influência principalmente no estado do Rio de Janeiro e nas regiões Norte e Nordeste do país, nas quais o grupo atua através de parcerias estratégicas com facções locais.

A expansão do grupo aconteceu gradualmente para outras partes do país, alcançando importantes cidades como São Paulo e controlando importantes fronteiras do país. Porém, sua atuação se torna cada vez mais complicada, devido à conflitos internos que culminam na traição e na dissidência de membros que decidem formar seus próprios grupos criminosos, diante do que

aprenderam no Comando Vermelho, como é o caso da ADA. Outras facções foram se formando com o tempo, inclusive, a principal rival do grupo carioca, o Primeiro Comando da Capital, com a qual travou uma guerra sangrenta e sem perspectiva de fim desde 2016.

2.1.2 O Primeiro Comando da Capital (PCC): A irmandade do crime

“- Que foi? Que foi?

- Mataram o Baiano e o Garcia - foi a resposta.

- Quem?

- O pessoal do futebol.

- Que pessoal do futebol, caralho?

- O pessoal do time, o PCC.” (Trecho retirado do livro *Laços de Sangue: A história secreta do PCC*, de Mário Sérgio Christino e Claudio Tognolli)

Durante a década de 1980, no país, a recém transição do regime autoritário para a democracia, ocasionou diversas transformações políticas, econômicas e sociais, reconfigurando os centros urbanos e as relações entre as diferentes classes sociais no país. Nesse período, houve uma forte alta nos índices de criminalidade no país, que gerou uma sensação de insegurança muito forte nas classes média e alta, no qual foi projetado como culpados dessa conjuntura, os moradores da periferia e das favelas brasileiras, constantemente expostos a estruturas violentas (DIAS, 2009). Essa situação em conjunto com uma grande atuação do crime organizado que se expandia cada vez mais diante do lucrativo mercado do tráfico de drogas, fez com que a atuação da polícia e carcerária tivesse que se tornar cada vez mais truculenta, acentuando ainda mais as tensões existentes (DIAS, 2011).

Esse contexto abriu, também, um amplo debate público sobre as prisões e fomentou a reflexão de cientistas sociais acerca de diversos aspectos. Dentre essas novas temáticas, estavam questões relativas às condições precárias do sistema carcerário, violência institucional nas prisões, e sobre a forma de representação dos presos, que passavam a ganhar relevância. A agenda de democratização enfrentava a herança autoritária ainda presente nas instituições de segurança pública e a resistência política de diversos setores da sociedade, bem como a

emergência de uma nova criminalidade no país. Nesse sentido, a alta da violência, as tensões policiais, a ineficiência do Judiciário e uma péssima estrutura no sistema carcerário, só pioraram ainda mais os conflitos e tensões existentes no período de redemocratização (DIAS, 2011).

Diante disso, desde a década de 1970, o Rio de Janeiro já vivia um processo de intensificação nesses debates de segurança pública, ao passo que, diversos grupos criminosos já haviam surgido na época, intensificando ainda mais as tensões de atuação policial para repressão do crime e sistema carcerário e colocando a cidade como referência em crime organizado e desordem social. Já em São Paulo no mesmo período, o tráfico ainda não era tão evidente, no qual se proliferavam pontos de venda de drogas, mas sem um grupo que de fato detivesse o monopólio dessas atividades ilícitas, o que abria espaço para grandes conflitos comerciais entre os traficantes (DIAS, 2011).

Já no início da década de 1980, a criminalidade urbana em São Paulo passou a aumentar consideravelmente, em todos os aspectos, desde crimes contra propriedade, à homicídios. Mas muito além de índices, os crimes passaram a ter mudanças qualitativas também, principalmente nos anos de 1983 e 1984, período de acentuado crescimento dos crimes violentos. A violência passou então a ser um recurso cada vez comum nos delitos, refletindo um processo que o próprio crime organizado vinha passando (DIAS, 2011). Nesses anos, houve um salto na proporção de mortes violentas no total de mortes quase dobrou na região metropolitana de São Paulo, passando de 8,9% em 1978 para 14,1% em 1993, e os índices de homicídios por armas de fogo também apresentaram um grande aumento, escancarando a quantidade de armamentos que passaram a entrar de forma ilícita no país durante esse período (CALDEIRA, 2000).

No mesmo ano em que a criminalidade passava a efervescer com mais evidência em São Paulo, especificamente no dia 31 de agosto de 1993, o Piranhão, a Casa de Custódia e Tratamento, considerada na época como um dos presídios mais seguros do estado, localizada na cidade de Taubaté, no interior paulista, se tornou palco da consolidação de uma das maiores facções das Américas: o Primeiro Comando da Capital (PCC). Durante uma partida de futebol no Piranhão, os seus membros fundadores decidiram fazer seu batismo de sangue e consolidar seu controle do presídio. Sendo os principais líderes de uma das quadrilhas mais perigosas do

sistema prisional, Baiano Severo e Garcia foram o primeiro alvo do grupo e um grande passo para a consolidação da força da facção (CHRISTINO, TOGNOLLI. 2017).

O time se intitulava como Comando da Capital e sua escalção era formada por Misael Aparecido da Silva, o Misa, Wander Eduardo Ferreira, o Eduardo Cara Gorda, Antônio Carlos Roberto da Paixão, o Paixão, Isaías Moreira do Nascimento, o Isaías Esquisito, Ademar dos Santos, o Dafé, Antônio Carlos dos Santos, o Bicho Feio, César Augusto Roris da Silva, o Cesinha, e José Márcio Felício, o Geleião. Esses oito ficaram conhecidos posteriormente como “Os Fundadores” e principais líderes do PCC, ou Partido do Crime ou 15.3.3, devido às posições das letras P e C no alfabeto (CHRISTINO, TOGNOLLI. 2017).

A partir desse fatídico dia, começa a ganhar corpo uma organização que alegava ter sido criada para combater a opressão dentro dos presídios paulistas e vingar a morte dos cento e onze presos vítimas do que ficou conhecido como massacre de Carandiru (DIAS, SALLA, ALVAREZ, 2013). Ademais, argumento idealista se consolidava fortemente diante de um contexto de contestação sobre a situação carcerária brasileira, a truculência policial, e a falta de representatividade do preso, que ganhava cada vez mais espaço nos debates sociais, principalmente depois do processo de redemocratização, no qual o país buscava escapar das diversas amarras do período ditatorial (DIAS, 2011).

Porém, o episódio da partida de futebol apenas consolidou o que já havia sendo planejado pelo menos desde 1991, e colocado em prática através de ações pontuais durante os anos - apesar da pouca repercussão. Acredita-se que em 1993, o grupo já tinha o controle de alguns presídios, e iniciou uma ofensiva para a eliminação de outras lideranças, com uma estratégia de discurso bem definida para justificar suas ações sem levantar indícios de uma dominação dos presídios de São Paulo por uma só facção (CHRISTINO, TOGNOLLI. 2017).

Ademais, outro episódio do início do grupo, que consolidou seu domínio, aconteceu em setembro de 1993, quando os Fundadores arquitetaram uma rebelião na Casa de Custódia e Tratamento, no qual, por mais que houvesse a presença do Batalhão de Choque, da Polícia Militar e de agentes penitenciários, o PCC foi capaz de forçar o recuo das tropas e dos agentes para a entrada do presídio. Assim, o comentário se tornou geral: “Esses foram os caras que dominaram a Casa de Custódia e Tratamento” (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017. P. 25)

Assim, novas formas de atuação do grupo foram se desenhando, com a exponencial ampliação do tempo de duração das mesmas e reivindicações que iam além das queixas pontuais, adquirindo caráter estrutural e sinalizava que alterações profundas estavam em curso na segurança pública do estado (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017). Durante esse período, as mudanças nas dinâmicas do crime foram intensas e pode ser observada diretamente nas ações das rebeliões que aconteceram por décadas no país, mas que tiveram seus formatos e objetivos reconfigurados com o tempo.

Seu plano de se expandir e monopolizar o controle de diversos presídios de fato se consolidou em 1994, mas os efeitos começam a ser reconhecidos com mais intensidade no ano seguinte, com o aumento no número de rebeliões contínuo ano após ano, que culminou na megarebelião de 2001 – no qual, a mídia mostrou faixas estendidas nas unidades prisionais com o nome do PCC e o seu lema “paz, justiça e liberdade”. Depois desse episódio, não havia possibilidades de negar seu protagonismo na desmoralização do governo paulista e sua forte existência no mundo do crime organizado. Além disso, em junho do mesmo ano ocorreu também a maior rebelião do estado do Paraná, na Penitenciária Central do Estado – PCE – que durou 6 dias, foi liderada por 3 fundadores do PCC – Cesinha, Gelêião e Misael, vitimando um agente penitenciário e três presidiários (DIAS, 2009).

Até o início dos anos de 1980, a característica principal dos motins foram reivindicações contra a precariedade das condições de encarceramento. Já na década de 1980, as confusões nas penitenciárias estariam ligadas à tentativa de humanização dos presídios, que vinham sendo colocadas em pauta, e os contrários às medidas. Mas a partir da década de 1990, as rebeliões foram marcadas pela forte atuação das facções criminosas no comando - em especial, o PCC, e essas rebeliões que eclodiram em São Paulo nos anos de 1990 teriam como elementos principais, tanto a precariedade das prisões como a ausência de controle da massa carcerária por parte do Estado, o que favoreceu a expansão do domínio dos grupos criminosos organizados no interior dos estabelecimentos prisionais (SALLA, 2006).

Diante da sua demonstração de força, consolidada em 2001, o grupo se estabeleceu então como organização mediadora e reguladora das relações prisionais, participando direta ou indiretamente da gerência dos presídios e das tomadas de decisão, intercedendo pelos presos em

casos de abusos ou decidindo sobre transferências, postos de trabalho, organização dos presos, entre outros fatores. Assim, após seu período de expansão, o PCC passa a consolidar ainda mais seu domínio no sistema carcerário (DIAS, 2009).

A facção continuou então com sua ofensiva de viés monopolizador, buscando destruir toda oposição que encontrava e dominar os presídios à laços de sangue (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017).

“Nós surgimos dentro da prisão, porque, na verdade, nós não esperávamos que o PCC crescesse dessa maneira, porque a nossa luta era interna. Era para combater as injustiças que sofremos, porque, na época, a injustiça era demais e não adiantava reclamar para as autoridades, não adiantava reclamar para ninguém.”³⁶

Essa rebelião de 2001 de fato tornou pública a existência do Comando e consolidou sua influência nas prisões (HIRATA; GRILLO. 2017), mas o “pai”, como era conhecido, foi assassinado cinco meses depois, devido a uma disputa interna pelo comando geral do PCC. Então, Geleião e Cesinha, responsáveis pela aliança do PCC com a facção criminosa do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, quando ambos estiveram presos no Complexo Penitenciário de Bangu, assumiram a liderança do grupo e passaram a coordenar atentados violentos e expressivos contra prédios públicos, de modo a intimidar as autoridades (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017).

Entretanto, enquanto a partida de futebol acontecia em 1993, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, e Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, que, posteriormente iriam se tornar os maiores líderes da massa carcerária de São Paulo, estavam confinados em uma cela separada. Sombra chegou a assumir a liderança do grupo em 2001, coordenado por telefone, as 29 rebeliões simultâneas em diferentes presídios paulistas (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017). Marcola, que não era um dos Fundadores mas apresentava bastante influência no grupo, que discordava fortemente do modo em que seus líderes operavam, por considerá-los radicais, conseguiu alcançar o poder em 2002, colocando Cesinha e Geleião numa situação bastante

³⁶ Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas, em 2005, p. 56, de Geleião, José Márcio Felício dos Santos, um dos Fundadores do PCC.

complicada, diante de alegações de traição e contatos com a polícia. Como resposta, os dois Fundadores criaram outra facção chama o Terceiro Comando da Capital (TCC), para rivalizar com o PCC (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017).

Ademais, cinco anos após as multi-rebeliões arquitetadas pelo grupo, o PCC deu mais uma demonstração de força, mostrando que sua influência extrapola os muros das prisões, no que ficou conhecido como “ataques do pcc” ou os “crimes de maio” (HIRATA; GRILLO. 2017). Os ataques tiveram início na Penitenciária de Avaré, no dia 12 de maio. Logo após, sucedeu-se uma série de ataques na região metropolitana de São Paulo contra policiais civis, militares, agentes penitenciários, e até mesmo todo um Distrito Policial (MARQUES, 2010). No dia seguinte a repercussão foi enorme e as manchetes anunciavam o desenrolar de mais uma "mega rebelião", evidenciando os ataques e as vítimas.

Nos próximos dias, as ações policiais foram se tornando mais incisivas, porém o número de rebeliões aumentava em outras dezenas de unidades prisionais, ônibus eram queimados e a cidade entrava cada vez mais num estado de pânico, com linhas de ônibus fechadas, comércio e instituições de ensino paralisados, órgãos públicos suspensos, no mesmo dia em que diversas agências bancárias foram alvo de ataque (MARQUES, 2010). Assim, a consolidação do poder da facção foi publicamente demonstrada na segunda crise mais aguda do sistema, quando setenta e quatro unidades prisionais se rebelaram simultaneamente, além dos diversos ataques às forças de segurança ocorridas no lado de fora das cadeias (DIAS, 2011).

"Eu acho que começou com essa revolta de Venceslau. Na minha opinião, começou com essa revolta de Venceslau, com os presos pedindo socorro para os bandidos que estavam na rua, e a coisa foi tomando proporções incontroláveis, justamente por não ter uma liderança, o senhor entende? Por não ter uma pessoa ali pra falar “pára” ou “faz isso” ou “faz aquilo”. Então, a coisa se generalizou. Esse é um ponto de vista meu. Posso estar enganado, o senhor entendeu? Mas o meu ponto de vista é isso, fugiu ao controle total de todo mundo, justamente por não ter tido um controle. Foi uma coisa... Um ligou daqui,

outro ligou de lá, outro ligou de lá, quer dizer, foram várias ligações para várias pessoas, que saíram... Essa é a minha opinião."³⁷

Esse episódio serviu para consolidar a mensagem de que o PCC não era somente dominante no sistema carcerário, mas seus poderes se projetavam para muito além dos muros dos presídios. Diante disso, o que se sucedeu foi uma relativa tranquilidade nos presídios paulistas, reduzindo o número de homicídios e de conflitos em seus interiores. As projeções de poder, durante seu período de expansão e consolidação, foram suficientes para criar um forte simbolismo ao redor do PCC, que passou a adquirir uma mentalidade de atuação mais racional do que idealista e impulsiva nos seus próximos passos (DIAS, 2011).

Sua nova configuração de poder passou a trazer novos elementos para a organização. Seu código normativo foi reconstruído, estabelecendo seu estatuto³⁸, forma de agir, hierarquia e funções, e monitorar o cumprimento das regras, para promover punições aos detratores, atualizando diversos aspectos que tinham sido construído na sua Fundação. Tais mudanças foram necessárias para se adaptar ao seu crescimento para além das unidades prisionais e pela sua diversificação nas áreas de atuação (DIAS, 2011).

Assim, tendo sua força consolidada e sua expansão constante, a organização buscou estruturar seu crescimento e suas bases, baseado na forma de pensar das suas novas lideranças. Definindo o Yin e Yang³⁹ na sua bandeira, e seu lema “paz, justiça e liberdade”, o grupo se utiliza de diversos simbolismos que sustentam o seu exercício do poder, remetendo à ideia da luta dos oprimidos contra os opressores, na visão dos presos com suas trajetórias marcadas pela injustiça social, que encontram no PCC a possibilidade de superar essa realidade se unindo a organização. Com o discurso idealista, os líderes conseguem controlar seu grupo e todas as partes interessadas, em nome de um ideal, que justifica qualquer ação feita, inclusive a violência e a morte (DIAS, 2009).

³⁷ Trecho do depoimento de Marcola, liderança do PCC, durante a CPI do Tráfico de Armas. Entrevista completa disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf

³⁸ Uma cópia do estatuto da organização criminosa foi apreendida durante uma megaoperação da polícia do Paraná em 2015, em que foram interceptadas conferências telefônicas de integrantes de quadrilhas em 12 estados. Mais informações em: <https://oglobo.globo.com/rio/estatuto-do-pcc-revela-que-preco-da-traicao-a-morte-22478005>

³⁹O Yin-Yang é um símbolo oriental que remete à ideia de energias opostas e complementares.

A organização que antes se baseava em um modelo piramidal, isto é, com uma hierarquia rigidamente verticalizada, passou a atuar no modelo celular - havendo uma cúpula no centro e vários níveis intermediários, dividindo poder nas regiões onde estão presentes, respondendo apenas à cúpula central. Além de reforçar o ideal de democratização do grupo, essas medidas tornaram a operação do PCC mais eficiente, dificultando as investigações sobre a organização, desde movimentação de recursos à execução de atividades ilícitas. Ademais, as concepções de liderança no grupo passaram a estar relacionadas com a quantidade de responsabilidade que um membro tem, não pautada em privilégios (DIAS, 2009).

Nesse sentido, algumas funções foram estabelecidas, como a do "disciplina", que tinha responsabilidade de monitorar o andamento de atividades, a do cobrador de dívidas, que mediava o traficante e o usuário em débito para diminuir o número de conflitos fatais; os "sintonias" são responsáveis por acompanhar os acontecimentos das cadeias e repassar os "salves", ou ordens do Comando; e há também o "Piloto Geral", maior hierarquia local. No geral, de modo a capilarizar seu poder e presença, os membros da facção se distribuem de modo a ocupar todas as selas com pelo menos algum deles, que se torna responsável pela ordem local (DIAS, 2011).

Porém, de modo geral, essa mudança organizacional foi reforçada através de um discurso de democratização do grupo, promovido pela nova cúpula, que buscava se diferenciar da atuação dos "Fundadores" - em especial, Geleirão e Cesinha - buscando a descentralização do poder e aplicando um processo decisório onde os irmãos e companheiros pudessem participar. Diante disso, todas as questões importantes ao grupo devem ser discutidas e após o debate é possível tomar uma decisão - elas não podem ser isoladas (BIONDI, 2009; DIAS, 2009). Essa nova filosofia de caráter social e descentralizado se reflete na fala de Marcola, à CPI do Tráfico de Armas, quando foi questionado se as motivações da "mega rebelião" ocorrida em 2006 em São Paulo teria sido por interesses do grupo:

"Não, pois o grupo simboliza o sistema, porque o sistema é o grupo. (...) Porque tudo que o grupo faz, ele não faz

aleatoriamente. Ele faz tudo conversando com o sistema. O sistema apóia o grupo. Isso aí o senhor pode ter certeza."⁴⁰

Outras regras importantes passaram a ser implantadas. Nos presídios, foi proibido o consumo de crack em 2002, tanto pelo potencial destrutivo da droga, que gerava conflitos e não era lucrativo para o grupo, pelo valor baixo da droga. Também visando minimizar conflitos, foi aumentada a pena aos padrinhos, cujos afilhados descumpram as regras da organização, de modo a frear o batismo exacerbado de pessoas que possam deteriorar a imagem do grupo, objetivando pessoas que tenham capacidade de gerenciar as prisões e que saibam lidar com conflitos (DIAS, 2009).

O porte de facas também foi proibido - representando uma mudança crucial na atuação do grupo. Objetos cortantes foram marcantes na história dos presídios brasileiros - símbolo importante da insegurança nesses locais - que representava um meio de autodefesa. Inclusive, as facas foram amplamente utilizadas no início da organização para a prática de assassinatos, decapitando a vítima (DIAS, 2009). A ideia com a proibição é que se todos são membros do PCC, a manutenção da paz é possível, portanto conflitos por desavenças pessoais não mais são permitidos, cabendo às autoridades locais da facção, o "Piloto", definir quais são as medidas cabíveis em cada situação - não havendo necessidade de autoproteção (MARQUES, 2010).

Além disso, desde 2006 a própria organização aboliu a utilização de facas como meio de execução nos presídios, de modo a utilizar formas mais sutis de execução, que simulava suicídios, eliminando os problemas com autoria do crime, no qual antes era necessário designar laranjas para encobrir os crimes. Essa racionalidade da forma de executar diminui o simbolismo no ato, mas torna muito eficiente a aplicação das punições. No caso de julgamentos, foram implementados espécies de tribunais que direcionasse as ações punitivas aos infratores das regras do grupo. De modo a solucionar esses casos, o acusado, as testemunhas, tanto de acusação quanto de defesa, e as lideranças dos vários escalões do PCC, debatem sobre os acontecimentos, de modo a chegar à conclusão de qual será o destino do acusado em questão (DIAS, 2009).

⁴⁰ Trecho do depoimento de Marcola, liderança do PCC, durante a CPI do Tráfico de Armas. Entrevista completa disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf

Diante de toda sua estrutura e organização, e do enfraquecimento do Comando Vermelho carioca, que vinha perdendo o domínio de diversos pontos de venda de droga no estado do Rio e perdendo espaço no tráfico internacional, o PCC foi capaz de se consolidar comercialmente como a maior facção criminosa do país, estabelecendo diversas ramificações em vários estados brasileiros, como Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, importante ponto de fronteira, entre outros⁴¹.

Seu perfil se diferencia de grupos como o CV - que atuava nas periferias controlando o tráfico na área - por estabelecer sua presença nas regiões sem necessitar de um rígido controle territorial. Sua dinâmica no tráfico de drogas era trabalhado através da sua rede de "irmãos", isto é, filiados ao grupo que recebiam o fornecimento dos entorpecentes e os repassava nas suas áreas. Sua postura monopolista não era focado no tráfico de drogas, mas na legitimação da sua força, que permitia controlar seus afiliados, que por sua vez, tomavam conta do tráfico e essa forma de atuação torna o grupo implacável em se expandir, buscando eliminar qualquer um que se oponha ou tente impedir seu acesso aos novos mercados (LESSING, WILLIS, 2018).

Assim, diante do seu modelo multiplicador, suas operações vão se adaptando às regiões nas quais o grupo busca se inserir. No mercado paulista, acontece por meio de consignações feitas aos responsáveis pelo tráfico da área, fornecido pelo PCC - portanto não há necessidade de controle da venda ao consumidor final, ficando a cargo da organização o controle do atacado da droga. Entretanto, nos outros estados e países, o grupo buscava estabelecer parcerias com facções locais, focando no comércio e evitando grandes conflitos - pelo menos até 2016. (FERREIRA, 2017).

Diante da sua atuação internacional, sabe-se que desde 2001, o PCC já tinha operação estabelecida na Bolívia e possivelmente já tinha atividades nas fronteiras do Paraguai, Peru e Colômbia. Mais adiante, o grupo conseguiu se pulverizar no Paraguai, estabelecendo suas lideranças no local e entrando no processamento da cocaína na Bolívia. Assim, o grupo passa a operar uma das maiores rotas do tráfico mundial, iniciando sua operação nos países produtores,

⁴¹ Folha de São Paulo. Facção criminosa PCC foi criada em 1993. Folha Online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121460.shtml>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019

passando pelo Brasil, distribuindo a droga no país e exportando principalmente para Europa, África e Ásia (FERREIRA, 2017).

Em junho de 2018, a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo deflagraram a Operação Echelon⁴², que busca investigar a estrutura do Primeiro Comando da Capital (PCC). O grande foco da operação era investigar o “Resumo dos Estados”, a parte responsável por expandir os negócios do PCC para fora mercado paulista, incluindo a operação internacional em países como Colômbia, Paraguai, Peru, Bolívia e Guiana⁴³.

De acordo com o promotor Lincoln Gakiya, o PCC ainda precisa desenvolver a capacidade de lavar dinheiro com mais eficiência, para assim, se tornar uma organização mafiosa. Porém, para ele, tudo indica que isso seja resolvido em breve, com seu crescimento no tráfico internacional de drogas e armas⁴⁴. Em entrevista ao Jornal da USP, a pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), Camila Nunes Dias, alegou que essa afirmação seria equivocada, pois os objetivos e o histórico do grupo, de origem prisional, são relacionados à denúncias sobre a situação carcerária em São Paulo. Apesar da organização exemplar do PCC, com estratégias empresariais de expansão e planejamento, grupos mafiosos tendem a ser muito mais estruturados, com um alto nível de financiamento e participação no mercado de investimentos⁴⁵.

Na operação, foram constatadas também indícios de que o PCC teria formado uma espécie de setor de “Recursos Humanos” denominada de "Cadastro", de modo a organizar e manter o cadastro de membros atualizados, além de realizar cursos de fabricação de bombas e

⁴² Polícia Civil do Estado de São Paulo. **Polícia Civil, MPSP e SAP deflagram operação em 14 Estados contra organização criminosa**. 2018. Disponível em:

<https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/noticias/noticiasDetalhes?rascunhoNoticia=0&collectonId=358412565221029489&contentId=UCM_041088&_afLoop=2369296865030219&_afWindowMode=0&_afWindowId=null#!%40%40%3F_afWindowId%3Dnull%26collectionId%3D358412565221029489%26_afLoop%3D2369296865030219%26contentId%3DUCM_041088%26rascunhoNoticia%3D0%26_afWindowMode%3D0%26_6_adf.ctrl-state%3Dz0nk5jyq9_132> Acesso: 22 de agosto de 2019

⁴³ ESTADAO. Um duro golpe contra o PCC. 2018. Disponível em:

<<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral.um-duro-golpe-contr-o-pcc.7000235374>> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

⁴⁴ Redação. Negação do PCC pelo Estado impulsionou seu crescimento. Jornal da USP. 2018. Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/atualidades/negacao-do-pcc-pelo-estado-impulsionou-seu-crescimento/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019

⁴⁵ Folha de São Paulo. Facção criminosa PCC foi criada em 1993. Folha Online. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121460.shtml>>. Acesso em: 26 de maio de 2019

formação de um time de matadores profissionais de maneira eficiente. Outro setor criado recentemente foi o PCC Mulher, uma ação pensada para expandir sua atuação em presídios femininos, atraindo mais mulheres para sua operação⁴⁶.

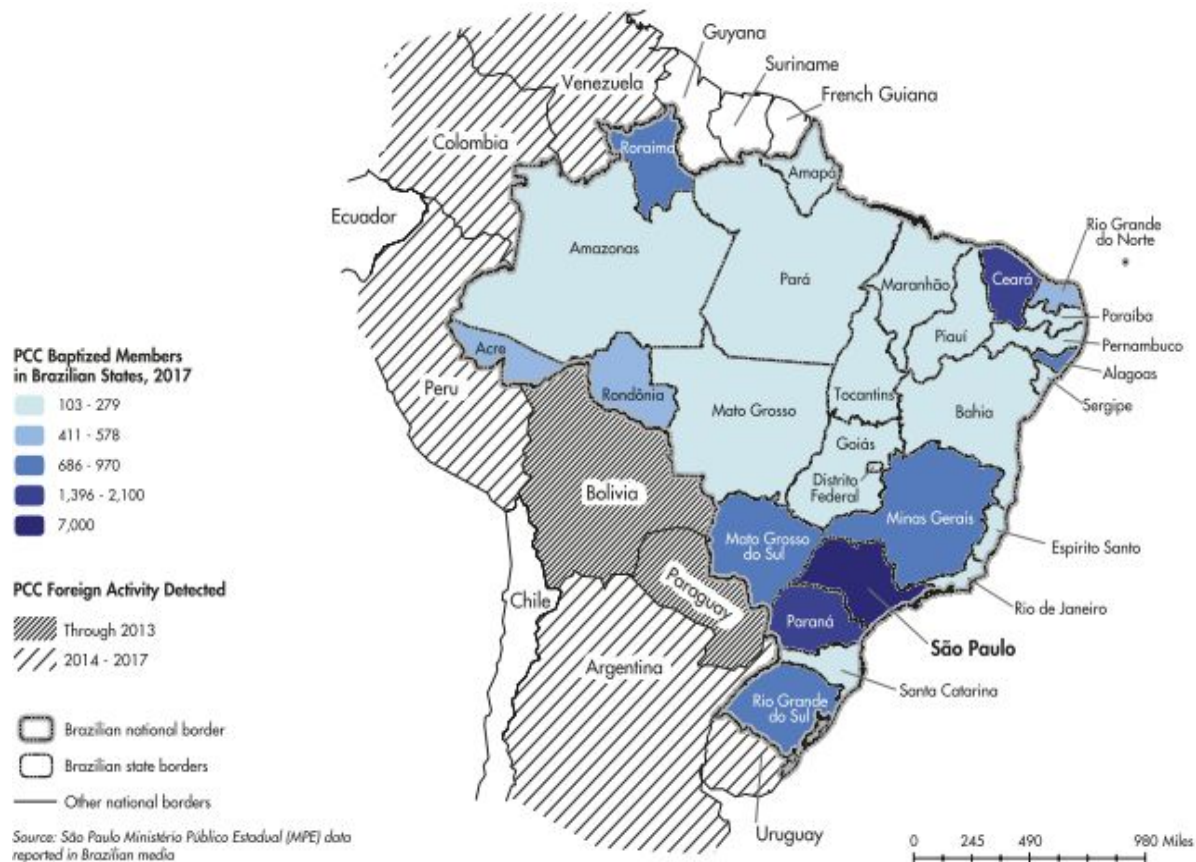
Ainda através da Operação, foi possível interceptar algumas cartas dos presos, pelas quais foram possível montar o organograma de uma parte do grupo chamada Sintonia Final dos Estados e Outros Países⁴⁷. Esse setor tem como finalidade chefiar os 20,4 mil integrantes da facção localizados em outros estados - conhecidos como “irmãos”. Esse setor também passou a se responsabilizar pela cúpula, tomando a frente na guerra contra facções rivais como o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN), além de planejar atentados contra o Estado. Segundo o Ministério Público, esse setor controla tudo e todos no PCC, exercendo o controle do sistema carcerário e do tráfico de drogas. Os “irmãos” planejam sua operação com bilhetes escritos à mão sobre temas como a guerra entre facções, em especial o conflito com o CV e seus desdobramentos, expansão da facção em unidades femininas, com o PCC Mulher, envio e controle de armas, atentados, alianças, entre outros temas⁴⁸.

Figura 1 - Expansão geográfica do PCC na América do Sul

⁴⁶ Estadão Conteúdo. PCC monta „RH” e cria curso para fazer bombas. IstoÉ, 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/pcc-monta-rh-tem-setor-para-prisoas-femininas-e-cria-ate-curso-de-fazer-bomba/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019

⁴⁷ Ribeiro, Bruno. Cartas no esgoto deram base à investigação contra o PCC. O Estado de S Paulo 2018. Disponível em <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,cartas-no-esgoto-deram-base-a-investigacao-contr-o-pcc,70002351018>> Acesso em: 15 de julho de 2019

⁴⁸ Adorno, Luís; Costa, Flávio. PCC em expansão. UOL. 2018. Disponível em <<https://www.uol/noticias/especiais/pcc-o-partido-do-crime.htm#sintonia-dos-estados-controla-todos>> Acesso em: 15 de julho de 2019



Fonte: LESSING, B., & WILLIS, G. D. (2019).

Essas ações confirmam que a expansão do PCC, que de acordo com o Serviço de Inteligência do Governo Federal, já conta com 29 mil integrantes espalhado por todo o Brasil e diversos outros países e com uma arrecadação de mais de R\$800 milhões por ano⁴⁹, está longe de parar e que o desafio do Estado brasileiro em enfrentar o crime organizado se torna cada vez mais complexo.

⁴⁹ VILADARGA, LAVIERI. A facção que mais cresce no mundo. Isto é. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-facao-que-mais-cresce-no-mundo/>. Acesso em: 22 de agosto de 2019

3. O conflito: PCC x CV (2016-2018)

“Está vendo os meus dentes?”, ele pergunta, apontando os dedos para as janelas abertas em sua arcada superior. “Foram quebrados. Fui o primeiro a ser agredido pelo PCC aqui em Mato Grosso do Sul.” Carlos era uma das lideranças do Comando Vermelho no estado vizinho de Mato Grosso, onde a facção é denominada CV-MT.” (MANSO, DIAS, 2018).

Desde a fundação do grupo paulista em 1993, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) foram parceiros estratégicos e aliados no crime organizado em alguns aspectos e coexistiam com certa tranquilidade, em territórios e zonas de influências distintas. Na época em que os “Fundadores” estavam na liderança do PCC, o grupo carioca auxiliou na execução de importantes ações da facção. Em 2002, o Primeiro Comando da Capital planejou um atentado em resposta às ofensivas policiais, tendo como alvo o fórum da Barra Funda, o maior da América Latina, no qual deixariam explosivos de modo a gerar o máximo de causalidades possíveis (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017).

O grupo enfrentou dificuldades para adquirir equipamentos eletrônicos sofisticados, sem levantar suspeitas. O Comando Vermelho, então, viabilizou essa aquisição, através do contato de Reginaldo, o Neguinho, membro do PCC responsável pela articulação com o grupo carioca. O atentado não chegou a acontecer, pois a bomba plantada nunca explodiu. Ainda há também, diversas evidências de uma relação entre Fernandinho Beira-Mar, líder do grupo carioca, e Marcola, chefe do PCC. Ademais, Alejandro, irmão de Marcola, tinha uma ligação próxima com a facção do Rio e diversos traficantes cariocas, passando bastante tempo no Rio, o que leva a crer que o mesmo servia como uma espécie de elo entre as facções (CHRISTIANO; TOGNOLLI. 2017).

Essa conexão foi estabelecida desde a criação do Primeiro Comando da Capital, num período de grande mudança na dinâmica do tráfico internacional, durante os anos 1990, na medida que os varejistas da droga passaram a experimentar novas formas de estrutura do tráfico. Nesse sentido, Fernandinho Beira-Mar, membro do Comando Vermelho, foi pioneiro em

aproveitar o potencial desse momento, percebendo a importância estratégica das fronteiras e das parcerias diretamente com os grandes produtores, eliminando a necessidade de intermediários, e se firmando como atacadista (MANSO, DIAS. 2018).

Com a prisão do líder da facção carioca, o PCC aproveitou da experiência e da rede de contato que Beira-Mar havia construído para se aproximar das áreas produtoras, se articulando através dos presídios de São Paulo, viabilizado pelo uso de celulares entre os presos e com aliados externos. Nesse período, a rede do tráfico de drogas se tornou mais interconectada do que nunca, tendo as prisões como principal palco de articulação, e fazendo surgir uma nova gestão criminal, transformando a forma de distribuição de drogas no país e iniciando uma grande corrida pelo mercado atacadista entre as facções (MANSO E DIAS, 2018).

Diante dessa dinâmica, ambas facções construíram seus planos de expansão, de modo a conquistar novos mercados e ingressar em novas rotas do tráfico. Porém, com o passar dos anos esses planos começaram a colidir, estremecendo uma espécie de acordo de não agressão e parcerias estratégicas entre os grupos. De modo a compreender de que forma a relação desses dois grupos, foi capaz de elevar os índices de violência do país para patamares históricos em 2016, é necessário compreender a dinâmica e o contexto dos seus planos expansionistas - que consolidam o país nas principais rotas de tráfico do mundo.

Desde 2000, diante dos fortes estímulos para a diminuição da produção de cocaína na Colômbia e o aumento da produção peruana e boliviana, fez com que o Brasil fosse se tornando cada vez mais estratégico na rota de exportação da droga para a África e a Europa (MANSO, 2018). Nesse mesmo período, houve também uma forte ofensiva de expansão das principais facções do Sudeste pelo domínio do tráfico local.

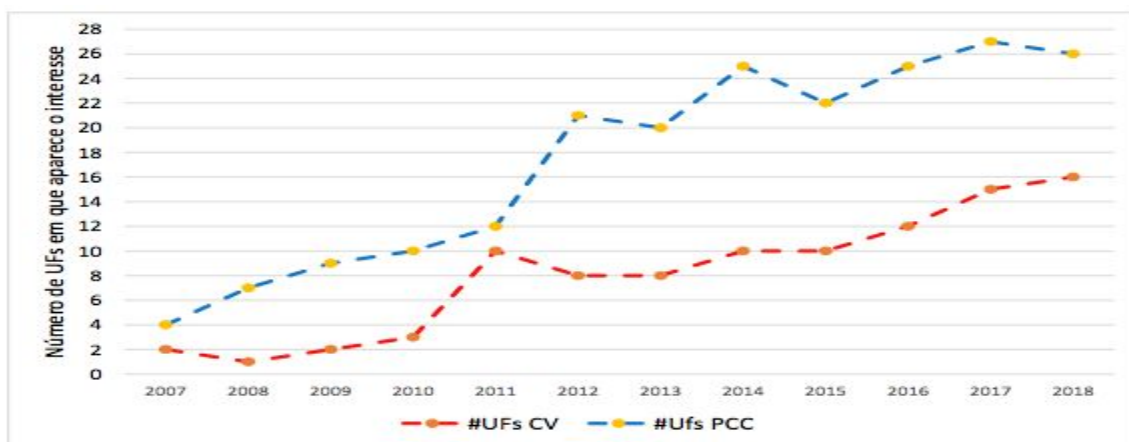
Observando as oportunidades do mercado de cocaína, o PCC intensificou ainda mais sua operação, explorando novas rotas no Norte, principalmente através do Acre, que recebia os ilícitos vindos da Bolívia e do Peru para serem distribuídas pela rota do Rio Solimões, até o Nordeste para ser exportado para a Europa – além de intensificar sua principal porta de entrada das drogas no interior de São Paulo e no Triângulo Mineiro, a rota caipira. Essa dinâmica aconteceu em decorrência da grande discrepância de preços do cloridrato de cocaína pura nos

países produtores e consumidores, no qual chegava a custar US\$ 1 mil na Bolívia, cerca de US\$ 8 mil em São Paulo e US\$ 50 mil na Europa (ABREU, 2017).

O Atlas da Violência de 2019⁵⁰, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fez uma análise desse processo expansionista das duas facções baseado em pesquisas no Google Trend,⁵¹ que identificou que em 2007 a busca maior pelos dois grupos era limitado às regiões Sudeste e Centro-Oeste, ao passo que, nos anos de 2017 e 2018, o interesse pelo PCC tinha sido abrangido para todos os estados do Brasil e o Comando Vermelho, cerca de dezesseis deles.

Esses dados representados no gráfico 3, identificam o crescimento do interesse dos estados nas organizações, à medida que elas se tornam cada vez mais relevantes na criminalidade local. No caso do CV, seu controle é mais fortemente estabelecido no estado do Rio de Janeiro, com bases no Norte e Nordeste, no Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela. No caso do PCC, sua presença é registrada em todos os estados do país, variando o nível de influência de acordo com as regiões, além de negociar com a Bolívia, Paraguai, Colômbia, Peru, Argentina, Chile, Venezuela e Guiana Francesa.

Gráfico 3 - Número de UFs com índices de interesse positivo sobre “CV” e “PCC”, segundo o Google Trends – Brasil (2007-2018)



Fonte: Google Trends. Elaboração: IPEA.

⁵⁰ Atlas da Violência, disponivem em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

⁵¹Ferramenta da Google que identifica a frequência, horários e locais que determinados assuntos estão sendo pesquisados na plataforma.

Nesse processo, a disputa por mercados e por novas rotas de narcotráfico alcançou um alto ponto de tensionamento em 2013. Na situação, os integrantes do CV no Mato Grosso – facção hegemônica no estado – passaram a impedir que o PCC fizesse a filiação e batismo de novos membros. Esse comportamento passou a ser adotado em outros estados - pondo em cheque sua coexistência relativamente pacífica e os acordos entre as organizações (MANZO E DIAS, 2018). Tal procedimento, fez com que as tensões entre as duas maiores facções – e seus aliados regionais – aumentasse ainda mais nos próximos anos.

Apesar de operarem nos mesmos segmentos de tráfico, o perfil das duas organizações se diferem bastante. Na corrida pelas rotas, desde 2014 foi iniciada uma movimentação estratégica intensa nos presídios pelo PCC. Ao compreender que o seu domínio do mercado de drogas, dependia do seu domínio do sistema carcerário, o PCC buscou diferentes formas de ampliar suas tropas, diversificando sua presença nos presídios brasileiros, facilitando o processo de batismo de modo a ampliar sua carta de membros. Porém, nessa ofensiva agressiva de expansão, o grupo foi ganhando uma forte fama de opressor por grupos locais, que se sentiam desrespeitados pela facção, que negligenciava alguns costumes locais, como foi o caso da proibição da venda de crack e da pasta-base dentro dos presídios - replicando diante da boa experiência paulista - mas que travava uma importante fonte de renda importante dos traficantes locais (MANZO E DIAS, 2018).

Diante disso, criou-se uma grande resistência em algumas regiões em relação a presença do PCC. Nesse sentido, o Comando Vermelho, que possuía um perfil muito mais voltado para o estabelecimento de parcerias estratégicas, sem tanto desejo monopolista agressivo como é o caso do grupo paulista, se beneficiou da situação, se unindo com os traficantes resistentes. Além disso, o PCC buscava além de obter controle local, cobrava uma espécie de consórcio, que não era cobrado pelo CV - causando ainda mais descontentamento. Nos outros lados das fronteiras, essa insatisfação também era percebida. Outros grupos sul-americanos também se incomodavam com a alta capacidade de articulação dos paulistas, e o CV era cada vez mais solicitado (MANZO E DIAS, 2018).

Na ofensiva, o PCC buscou também bloquear algumas rotas, em especial a rota do Paraná, uma das principais do país, impedindo que outras facções tivessem acesso. O plano seguinte seria bloquear também a rota do Mato Grosso do Sul, principal corredor de drogas da região. Porém, com a forte insatisfação das facções locais espalhadas pelo país e sua aproximação com a facção carioca, o Comando Vermelho se tornou a principal referência na oposição ao PCC, e essa dinâmica expansionista passou a se tornar cada vez mais tensa, alcançando panoramas insuportáveis entre 2014 e 2017 - e mesmo assim, o poder público se mantinha inerte (MANSO E DIAS, 2018).

Longe do debate público, o xadrez desse conflito passava a se movimentar com cada vez mais velocidade. Alianças cada vez mais claras passaram a se consolidar, formando os fronts da guerra que viria a ser travada de forma mais significativa a partir de 2016. O Comando Vermelho encabeçou uma das frentes, fazendo alianças com grupos locais, representando uma oposição ao projeto hegemônico do grupo paulista - entre eles, o Sindicato do Crime, do Rio Grande do Norte, Bonde dos 40, do Maranhão, e Okaida, da Paraíba. No lado paulista, facções como Estados Unidos, da Paraíba, e Amigos dos Amigos, formavam a outra frente. Assim, o cenário para o conflito estava montado (MANSO E DIAS, 2018)

Entretanto, antes do rompimento total entre as duas maiores facções brasileiras, houveram algumas tentativas de contato diplomático. O grupo paulista enviou uma correspondência ao Rio de Janeiro buscando mediar o conflito, e obter esclarecimentos, porém um dos líderes cariocas, o Marcinho VP, justificou que o grupo não possuía gerência interna nos grupos locais, agindo de forma autônoma. Diante da resposta, vista como indiferença, o PCC tomou a decisão de iniciar a ofensiva contra o grupo carioca, declarando, em junho de 2016, o rompimento com o Comando Vermelho via salve geral liberado nos presídios (MANSO E DIAS, 2018).

Assim, a cúpula declarou guerra à sua antiga parceira comercial. Foi explicado na carta enviada que as tentativas de diálogo com as lideranças cariocas falharam, restando apenas o conflito. A origem do rompimento remete aos métodos que o PCC se utiliza para conquistar novos mercados para o narcotráfico, que incluem a cobrança de seguros e uma centralização econômica, cuja organização rígida e centralizadora, costuma encontrar uma grande resistência

de outras facções regionais, que possuem uma organização descentralizada. Assim, à medida que a facção carioca passou a se associar à pequenas facções regionais inimigas do PCC, localizadas em estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

“A liderança paulista sabia dos prejuízos que um conflito com o CV poderia causar. Em junho de 2016, Moreno tentava explicar que não havia uma declaração de guerra por parte do PCC. O rompimento era mais uma demonstração de força do grupo paulista, necessária para sinalizar aos rivais quem realmente ditava as regras do crime no Brasil. “O CV não é inimigo. Nós apenas não estamos mais juntos”, ponderava.” (MANSO, DIAS. 2018. P. 21)

No mês seguinte, o traficante Jorge Rafaat foi assassinado, na cidade de Pedro Juan Caballero, fronteira com Ponta Porã (MS), acentuando ainda mais a disputa pelo controle da fronteira, diante do seu acesso privilegiado à droga produzida e comercializada na Bolívia, no Peru e no Paraguai (MANSO E DIAS, 2018). O narcotraficante assassinado, controlava a rota do tráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai, havia aumentado a cobrança da droga trazida para a organização paulista. Além disso, havia um grande problema que o tráfico local enfrentava - o escoamento pelo mar. Rafaat não aceitava os termos de exportação que os bolivianos e a facção paulista desejava, se tornando um obstáculo numa operação lucrativa (CHRISTIANO, TOGNOLLI. 2017).

Tal obstáculo foi logo removido, por um grupo de aproximadamente cem mercenários formado por membros do PCC e criminosos paraguaios do Exército Popular Paraguaio (EPP), pondo fim ao “Rei da Fronteira”. Então, com a morte de Rafaat, a facção paulista assume o controle do tráfico na região, distribuindo a droga que chegava da Bolívia. A operação foi bem sucedida ao ponto de em meses o volume transportado da droga ter subido de duas toneladas e meia para cinco toneladas. No ano seguinte, o irmão do traficante Jarvis Padrão, que cumpre pena pela morte de Rafaat, foi assassinado, levantando suspeitas de uma possível retaliação de criminosos brasileiros, apontando para possível uma atuação do Comando Vermelho (CHRISTIANO, TOGNOLLI. 2017).

“Àquela altura, as informações sobre essa rixa ainda eram confusas. Ficariam evidentes semanas depois, precisamente a partir do dia 1º de janeiro de 2017, quando uma onda de rebeliões nos presídios chocou os brasileiros com a morte de mais de 160 presos. O rastilho de pólvora tinha sido aceso em junho com bilhetes copiados e compartilhados nos presídios e por mensagens de WhatsApp. O comunicado interno do PCC – chamado de “salve” – anunciava o rompimento com o CV. Conflitos isolados ocorreram ao longo do semestre. Mágoas e ressentimentos foram guardados até que irromperam em uma explosão na virada do ano.” (MANSO, DIAS. 2018).

Em agosto de 2016, a facção paulista liderou uma rebelião na Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí, em Mato Grosso do Sul. Três presos supostamente ligados ao CV foram assassinados e alguns ônibus foram queimados na cidade. Ao final disso, foi disseminado um vídeo gravado por um preso alertando a todos de que “todo mundo ia morrer” e que “todas as comarcas vão quebrar” - através do Whatsapp, aplicativo que se transformaria no grande disseminador da guerra que estava prestes a se eclodir (MANSO E DIAS, 2018), demonstrando o início de uma série de barbáries, fruto de um conflito sem nenhuma perspectiva de fim.

3.1 Repercussões do conflito no país

Diante do rompimento entre os grandes grupos criminosos brasileiros, o conflito se espalhou e passou a envolver diversas outras facções locais fora do eixo Rio-São Paulo e da fronteira com o Paraguai. A partir do perfil agressivo e monopolista do PCC, sua tentativa de domínio em todos os estados, buscando controlar o sistema, foi gerando desconfianças e descontentamento entre pequenos grupos criminosos locais. As facções que já possuíam suas regras e códigos de condutas próprios - seu próprio *modus operandi* - custava a aceitar a presença de um grupo externo com tamanha imponência e força (MANSO E DIAS, 2018).

Diante desse contexto, o Comando Vermelho, facção com perfil diferente do PCC, no que se tratava de expansionismo para outras regiões, se utilizou desses atritos gerados pela agressividade do grupo paulista, e se posicionou como principal meio de oposição, tirando proveito dessa ineficiência do grupo paulista em estabelecer alianças. Firmou então importantes parcerias regionais com organizações como a Família do Norte (FDN), do Amazonas, o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), de Santa Catarina, o Sindicato do Crime (SDC), do Rio Grande do

Norte, o Bonde dos 40, no Maranhão e a Okaida, da Paraíba, como explicitado na figura abaixo. Essa articulação do CV fortaleceu uma importante frente oposta aos avanços monopolistas dos paulistas, fazendo com que o conflito repercuta em todas as regiões do país, em especial para o Norte e Nordeste (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Figura 2 - Aliados do PCC durante o conflito

ALGUNS ALIADOS DO COMANDO VERMELHO		ALGUNS ALIADOS DO PCC		FACÇÕES "NEUTRAS"	
AM	FDN (Familia do Norte)	AC	Bonde dos 13	BA	Comando da Paz
AL	OLK (Okaida/Alkaida)	CE	Guardiões do Estado	PA	Equipe Rex
CE	FDN	MA	Primeiro Comando do Maranhão	RJ	Terceiro Comando
PB	OLK		Bonde dos 40	RS	Bala na Cara
PE	OLK	PA	Primeiro Comando do Norte		Antibala
RN	SDC (Sindicato do Crime)	PB	Estados Unidos		Manos
	FDN	RJ	ADA (Amigos dos Amigos)		Abertos
RR	FDN			SP	Seita Satânica
SP	Terceiro Comando				
	Cerol Fino				
SC	PGC (Primeiro Grupo Catarinense)				

Fonte: Ministério Público do Estado de São Paulo

Fonte: Ministério Público do Estado de São Paulo. Elaboração: Folha de São Paulo⁵².

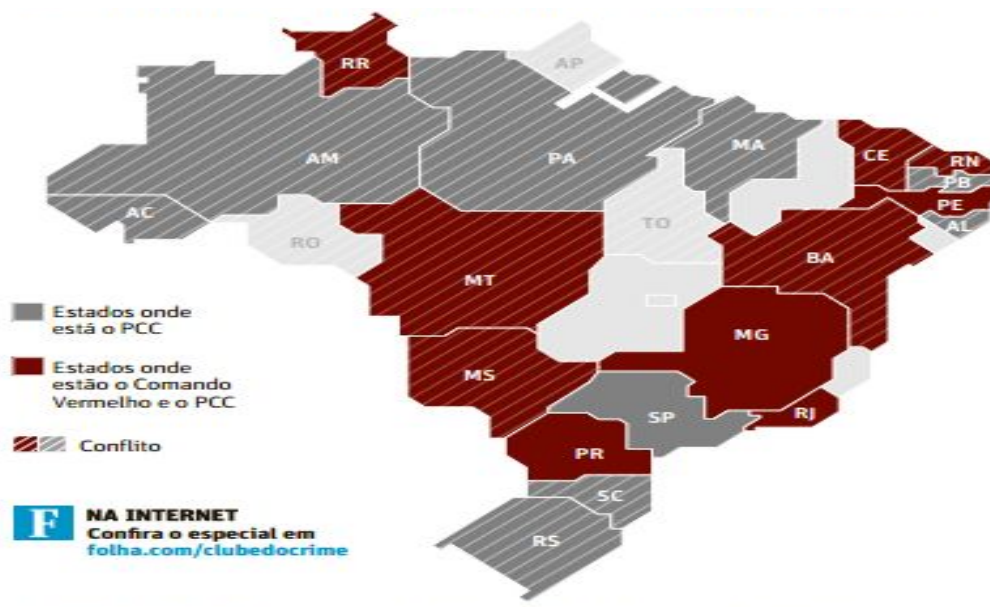
Diante disso, os presídios brasileiros entraram em estado de alerta. Desde os primeiros sinais do rompimento entre as facções, começou uma intensa movimentação de presos entre presídios, que começaram a ser realocados para evitar uma matança geral. No Rio de Janeiro, cerca de 100 presos da facção paulista foram transferidos antes do início das rebeliões. Na capital de Rondônia, Porto Velho, 96 presos foram realocados para diferentes unidades prisionais, após assassinatos em presídios. No Ceará, Pacatuba também foi palco de uma incitação de caos, que resultou em grades quebradas e diversos detentos soltos no pátio do presídio.

Já no Amazonas, o caso foi mais complexo. Os bandidos ameaçaram espalhar o caos dentro e fora do sistema penitenciário, com mortes de diversos agentes públicos, incluindo promotores, juízes e o secretário de Segurança. Entre suas reivindicações, estava a transferência

⁵² Para mais informações, acessar o compilado sobre o PCC realizado pela Folha de SP, através do link: www.folha.com/clubedocrime

dos chefes da Família do Norte, facção local, para presídios mais seguros em Manaus, já temendo as represálias do PCC. Isso colocou o estado em situação de alerta, mas não foi suficiente para impedir um dos maiores massacres carcerários na história do país, comparado ao Carandiru, que resultou na morte de pelo menos 67 pessoas no Complexo Penitenciário Anísio Jobim.

Figura 3 - Zonas de influência do PCC e CV e suas areas de conflito



Fonte: Ministério Público do Estado de São Paulo. Elaboração: Folha de São Paulo⁵³.

Em 2017, a guerra entre as maiores facções brasileiras se generalizou, primeiro dentro do sistema carcerário, logo depois alcançando as ruas. No mapa da figura 3, fica explícito como ocorreu essa dinâmica, entre os dois grupos e suas zonas de influência.. Nesse sentido, no mesmo ano, houve uma rebelião no Complexo Prisional Anísio Jobim, em Manaus, quando membros do PCC e da Família do Norte (FDN), aliada do CV, entraram num conflito que ocasionou 56 mortes. Outros 26 detentos foram mortos na Prisão Estadual de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, nas escaramuças entre o PCC e o Sindicato do Crime (SDC), aliado do CV. Nesse período, em 15 dias o saldo foi de 138 homicídios nas prisões brasileiras, com episódios que atingiram também os sistemas penitenciários de Roraima, Paraíba, Alagoas, São Paulo, Paraná e

⁵³ Mais informações disponíveis, no compilado feito sobre o PCC, pela Folha de São Paulo, em: www.folha.com/clubedocrime

Santa Catarina (MANSO E DIAS, 2018). O que se sucedeu então, foi uma série de barbáries ligadas a guerra entre as facções, como explicitado na tabela 2 abaixo.

TABELA 1 - Quadro com as rebeliões de 2016 a 2018, relacionadas ao conflito*⁵⁴

DATA	LOCAL	ACONTECIMENTO
16 de outubro de 2016	Boa Vista/RR	A rebelião ocorreu em Colônia Agroindustrial, no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. Iniciou-se com a invasão de Alas Restritas por membros de facções rivais, com uma duração de duas horas. A briga resultou em nove homicídios, corpos carbonizados e mais de cem fugas. ⁵⁵
1-2 de janeiro de 2017	Manaus/AM	No Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), ocorreu o conflito que durou aproximadamente 17 horas. Ao todo, cerca de 56 membros foram brutalmente assassinados no episódio, incluindo alguns membros do PCC. ⁵⁶
6 de janeiro de 2017	Boa Vista/RR	Cerca de 33 detentos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, foram assassinados durante o conflito. No início de 2017, começou a circular pelo Whatsapp, uma carta do Comando Regional Norte do PCC alegando que se vingariam do FDN pela chacina no Compaj, mas as autoridades do estado não confirmam que o acontecido tenha relação com o massacre de Manaus.

⁵⁴ Todos os conflitos tem indícios de ligação com o PCC ou com o Comando Vermelho.

⁵⁵ Túlio, Sílvio; Martins, Vanessa. Rebelião deixa 9 detentos mortos e 14 feridos em presídio de Aparecida de Goiânia. G1 GO. G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/detentos-fazem-rebeliao-em-presidio-em-aparecida-de-goiania.ghtml>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

⁵⁶ DW. Rebelião em prisão de Manaus deixa 56 mortos. DW.com. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/rebeli%C3%A3o-em-pris%C3%A3o-de-manaus-deixa-56-mortos/a-36976308>> Acesso em: 23 de julho de 2019.

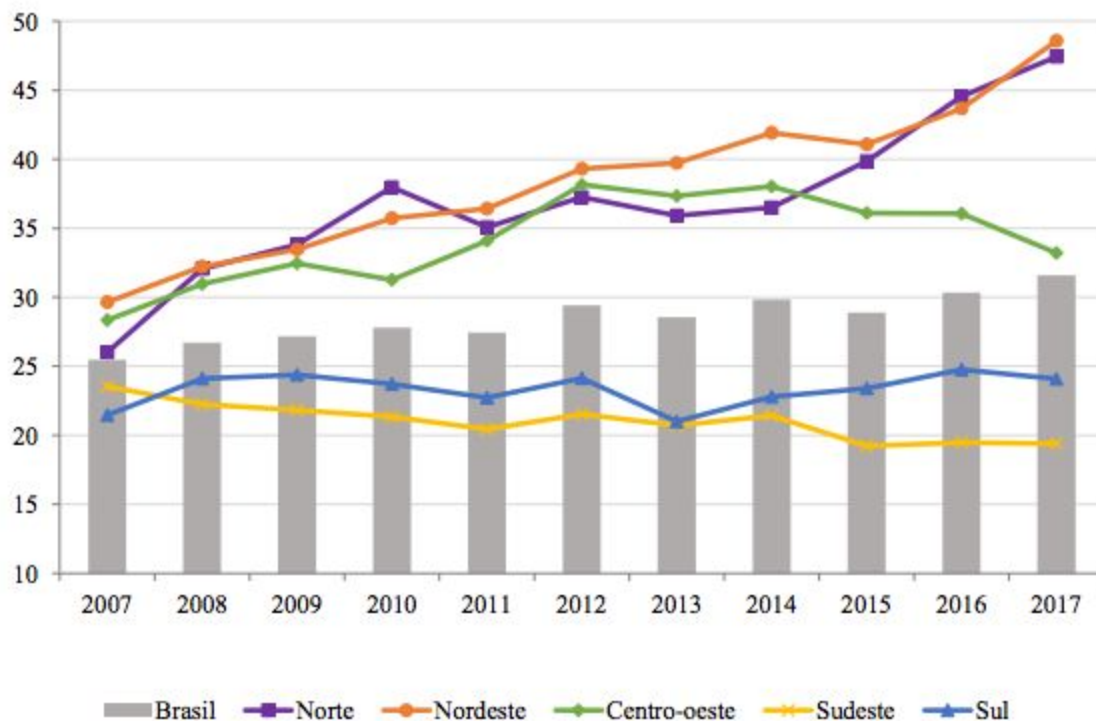
14 de janeiro de 2017	Nísia Floresta/RN	26 presos foram assassinados na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Nísia Floresta, no RN. Os principais líderes da rebelião são membros do PCC e foram transferidos para outras unidades prisionais do Rio Grande do Norte. ⁵⁷
1 de janeiro de 2018	Aparecida de Goiânia/GO	Um motim se formou na Colônia Agroindustrial, no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. O conflito culminou na rixa entre grupos rivais. Com duas horas de duração, ocorreram nove homicídios, diversos corpos foram carbonizados, catorze presidiários feridos, e mais de cem fugas. ⁵⁸

Essa dinâmica, acarretou num abalo grande na construção da paz nas regiões Norte e Nordeste em especial, como demonstra o gráfico 4 abaixo, evidenciando que essas duas regiões, acabaram sofrendo um considerável aumento em seus índices de homicídios durante o período do conflito, ao passo que as demais regiões passavam por uma tendência de estabilização do indicador.

⁵⁷ FARIAS, Fábio. Suspeitos de liderar rebelião no RN são retirados de presídio. UOL. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/16/rebeliao-alcacuz-rn-coletiva-do-governo.htm>> . Acesso em 18 de janeiro de 2018.

⁵⁸ Túlio, Sílvio; Martins, Vanessa. Rebelião deixa 9 detentos mortos e 14 feridos em presídio de Aparecida de Goiânia. G1 GO. G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/detentos-fazem-rebeliao-em-presidio-em-aparecida-de-goiania.html>>.

Gráfico 4 - Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



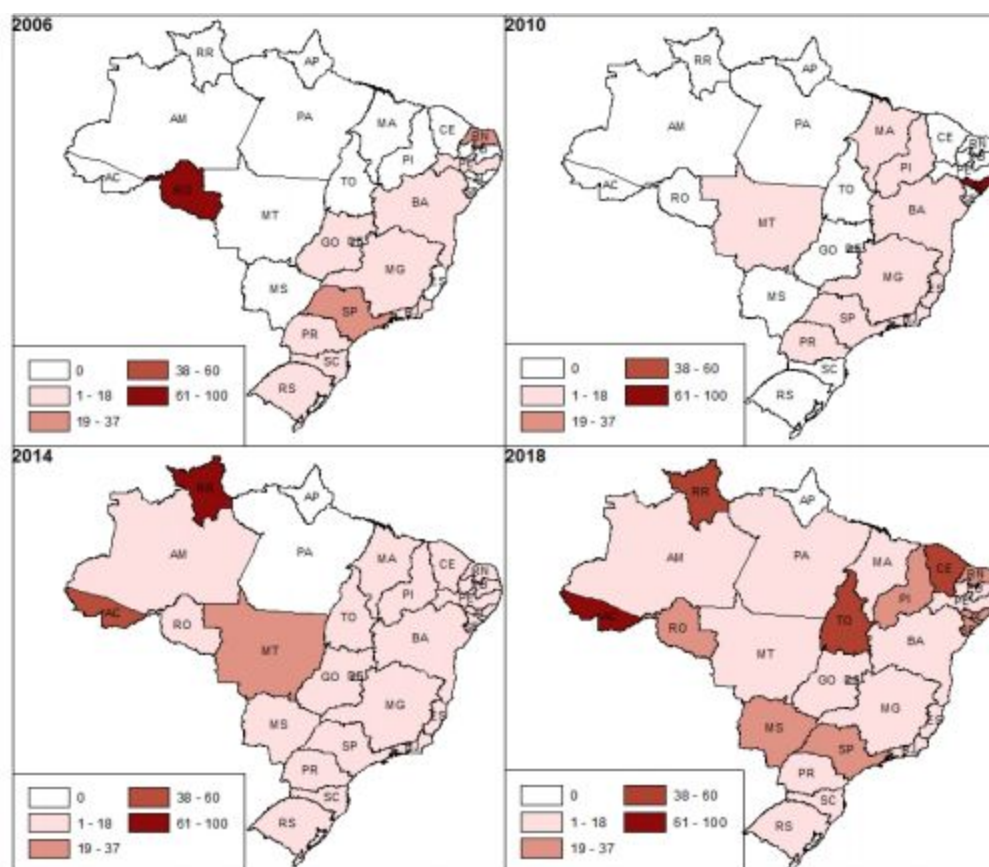
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na Região de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Esse grande crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos anos, sofreu bastante influência do conflito entre as grandes facções criminosas brasileiras deflagrada em 2016 (MANSO E DIAS, 2018). A relevância dessa guerra no Nordeste se deu pela estratégia de expansão das dos dois grupos criminosos e seus aliados regionais – principalmente as facções Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime, que tiveram papel ativo nesse conflito.

Na figura 4, é possível observar através do aumento da procura por informações sobre o PCC na plataforma de buscas Google, mensurado através da ferramenta Google Trends, evidenciando que ao passo que a facção paulista ia se capilarizando no país, e o efeitos das suas

ações passaram a serem sentidos em todas as regiões, o interesse das pessoas pelo grupo se generalizou para praticamente a totalidade de estados brasileiros. Esse interesse ficou mais evidente nas áreas pelas quais o conflito se alastrou, como é o caso do Norte/Nordeste e das regiões de fronteiras, além do eixo Rio-São Paulo.

Figura 4 - Evolução dos índices relativos do Google Trends nos estados para a busca “PCC” (2006-2018)



Fonte: Google Trends. Elaboração: Atlas da Violência do Ipea e FBSP.

Esse quadro de violência intensificado a partir de 2016, começou a se estabilizar no ano de 2018, tendo melhoras significativas principalmente nas taxas de homicídios dos estados onde estava em curso, com maior intensidade, a guerra entre as facções que eclodiu no final de 2016. Tal hipótese de que essa melhora de panorama estaria ligada a um afrouxamento na guerra não

pode ser desconsiderada, ao passo que, após dois anos de conflito intenso, a tendência é que ache um certo período de tranquilidade relativa, uma vez que economicamente é inviável manter uma guerra de maior intensidade durante anos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Entretanto, esse processo de acomodação na guerra entre as facções se insere em um equilíbrio instável, no qual a violência latente faz com que haja risco de a qualquer momento esse quadro ser revertido. Uma evidência dessa latência, foram os assassinatos nas cadeias em Manaus, em maio de 2018, em pleno horário de visitas, quebrando uma “regra de ouro” dos próprios presidiários. As evidências são que a motivação do caso foi uma disputa interna na facção da Família do Norte, porém, é um importante exemplo da tensão posta no sistema carcerário, um verdadeiro campo minado pelo qual o Estado não consegue deter seu controle (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

3.2 Atuação do poder público

Maria Laura Canineu, diretora da ONG Human Rights Watch no Brasil, não usou meias palavras para descrever o panorama: “As mortes em Roraima demonstram, mais uma vez, a falta de controle das autoridades brasileiras sobre o que acontece dentro dos presídios. Não são acidentais. Resultam de décadas de negligência das autoridades brasileiras”⁵⁹.

"Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do Estado do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo", declarou Michel Temer, ex-presidente do Brasil⁶⁰.

⁵⁹ ALESSI, Gio. Governo encerra semana sangrenta em presídios com queda de secretário. El País, São Paulo. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483730696_157937.html>. Acesso em: 23 de maio de 2019

⁶⁰ G1 SP. Temer diz que intervenção federal no Rio começou a dar resultado: 'Sensação de segurança'. G1, São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/temer-diz-que-intervencao-federal-no-rio-comecou-a-dar-resultado-sensacao-de-seguranca.ghtml>>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

Essa fala do atual presidente do Brasil, Michel Temer, foi proferida durante a assinatura do decreto que estabelece uma Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro. A medida foi tomada como resposta aos caos da segurança pública que se encontra o estado e diante da incapacidade que o poder público estadual tem para o enfrentamento do problema. O Decreto 9.288/18 estabeleceu a intervenção federal até o dia 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de acabar com o grave comprometimento da ordem pública no Rio de Janeiro. Trata-se de uma ação prevista na Constituição, mas que jamais foi usado⁶¹.

Essa intervenção implica que o general do Exército Walter Souza Braga Netto, do Comando Militar do Leste, assumiu a segurança pública do Rio de Janeiro, e o comando da Secretaria de Segurança, Polícias Civil e Militar, Bombeiros e o sistema carcerário do Rio. O governador, Luiz Fernando Pezão, que seria responsável pelo tema, mantém seu posto, porém até o fim da vigência da intervenção, não responde pelas ações tomadas durante esse tempo. A expectativa era que o exército conseguisse diminuir os índices de criminalidade no estado e desse uma maior sensação de segurança para os cariocas⁶².

Após cem dias de estabelecida, o G1 fez um levantamento acerca das repercussões e resultados da intervenção federal no estado e as perspectivas não foram otimistas. De acordo com o Gabinete de Intervenção Federal (GIF), havia uma dificuldade em relação a verbas, pois o R\$ 1,2 bilhão destinado pelo governo federal para a segurança pública no Rio de Janeiro, ainda não tinha sido disponibilizada por questões burocráticas. O líder da intervenção teve que contar com doações de armas e munição de empresários e com a estrutura das Forças Armadas para passar treinamentos aos policiais e recuperar viaturas da PM.

Além disso, o estado se depara com o oposto do que era esperado com a medida - há um aumento da violência, de acordo com o G1, 11 índices de criminalidade cresceram durante o primeiro trimestre da intervenção – fevereiro, março e abril – em comparação com o mesmo

⁶¹ MARTINS, Marco Antônio. Em 100 dias da intervenção federal, RJ ainda não usou verba de R\$ 1,2 bilhão e vê crimes aumentarem. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/em-100-dias-da-intervencao-federal-rj-ainda-nao-usou-verba-de-r-12-bilhao-e-ve-crimes-aumentarem.ghtml>>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

⁶² G1 SP. Temer diz que intervenção federal no Rio começou a dar resultado: 'Sensação de segurança'. G1, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/temer-diz-que-intervencao-federal-no-rio-comecou-a-dar-resultado-sensacao-de-seguranca.ghtml>>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

período de 2017, em 15 tipos de crimes que foram analisados de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do próprio governo estadual.

Esses dados contradizem a fala do presidente Michel Temer, proferida em maio, na qual aponta que a intervenção já havia começado a dar resultados e levava uma “sensação de segurança” aos moradores do estado. Essa declaração chega a ser absurda se considerado que um dia antes, um capitão da Polícia Militar foi assassinado e outros PMs foram baleados. Algumas operações policiais culminaram em tiroteios que levaram ao fechamento da Linha Amarela e da Autoestrada Grajaú-Jacarepaguá, nos quais os motoristas que passavam pela região precisaram se jogar no chão para se proteger dos tiros, colocando em xeque a ideia de aumento da sensação de segurança e da segurança em si. Nessa mesma declaração dada pelo presidente ele afirma que:

"Nós ousamos fazer essa intervenção no Rio. Como o problema é nacional criamos o Ministério Extraordinário da Segurança Pública sem invadir a competência dos estados, mas com o objetivo de coordenar e integrar a segurança pública de todo o país. Nenhum outro presidente ousou se meter na segurança pública. Isso tem repercussão no exterior." (Declaração dada pelo presidente Michel Temer em São Paulo, durante o evento da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) que lançou a publicação Índice de Risco para Negócios Internacionais).

Em sua declaração, Temer cita outra medida do governo para lidar com a crise da violência no Brasil - a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública e quem assumiu essa pasta foi o então ministro da Defesa, Raul Jungmann. De acordo com a lei que criou o ministério, sua estrutura engloba o Departamento de Polícia Federal (DPF); Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); Departamento Penitenciário Nacional (Depen); Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp); Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP); e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Todos esses órgãos integravam o Ministério da Justiça antes da criação da pasta da Segurança Pública. Como atribuições, cabe ao ministério coordenar e promover a integração da segurança pública em todo país, com a cooperação de estados, municípios e do Distrito Federal; e a

promoção da defesa dos bens da União e, ainda, planejar, coordenar e administrar a política penitenciária nacional.

As últimas ações da pasta estão sendo focadas para resolver a situação da criminalidade nas fronteiras. De acordo com o ministro, o PCC que atua ativamente no Mato Grosso do Sul, principalmente na região de fronteira, atua também em mais cinco países da América do Sul. Foi anunciado então, uma nova operação das forças de segurança nas regiões de fronteira. Jungmann apontou ser necessário investir mais no “fechamento” dessas fronteiras, como forma de coibir a atuação do crime organizado, porém entende que só um acordo internacional resolverá o problema, pois se tratam de organizações que atuam de forma transnacional. “Precisamos de uma legislação e acordos em comum entre os países, para hajam operações integradas das polícias, do Brasil, Paraguai e Bolívia por exemplo. Precisamos trocar dados e informações sobre o crime organizado” afirmou o ministro durante sua visita à Campo Grande.

O ministério também anunciou o lançamento da operação Fronteira Segura. A força-tarefa vai espalhar 300 homens da Força Nacional em diversos pontos considerados estratégicos de nove Estados - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Paraná, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e o Mato Grosso do Sul. Será dobrado o efetivo da Polícia Federal no país, com um concurso para 500 vagas abertas esse ano. Também serão aumentados os recursos para o Sisfron (Sistema Integrado de Operações de Fronteira). O ministro também citou a possibilidade da criação de uma Coordenação Nacional de Fronteira, órgãos com base de dados e informações exclusivas sobre a fronteira. Mesmo assim, diante das medidas emergenciais que vem sendo tomadas, resultados práticos de melhora na segurança pública do país ainda não foram sentidos, levantando um intenso debate sobre a segurança pública e caminhos alternativos à seguir.

No geral, a intensificação do conflito e sua repercussão em todo o país, colocou o assunto da segurança pública em evidência, principalmente diante dos aumentos estonteantes dos níveis de violência. Entretanto, apesar das melhoras nos indicadores, a partir de 2018, o país ainda não conseguiu achar um modelo de política pública ideal para as dores que a sociedade brasileira enfrenta no que concerne a segurança pública - e apesar do afrouxamento do conflito, enquanto a violência estrutural e cultural não forem superadas, a violência direta sempre estará

latente no país, no qual as facções ainda tem o poder de gerar um caos tão grande na sociedade brasileira, mesmo dentro de presídios.

Conclusões

O Brasil não vive um conflito armado ou uma guerra em moldes tradicionais, porém o nível de violência estrutural e direta, além do alto índice de mortalidade provocada por armas de fogo, chega a ser muitas vezes superiores a regiões que são palcos de conflitos armados declarados a anos (MOURA, 2005). No geral, boa parte dessa violência decorre de atores não-estatais violentos, que se originam diante da debilidade estatal, ou da ausência de Estado, que é suprida em certas áreas por grupos criminosos, que oferecem proteção e algumas garantias básicas, ganhando a legitimidade da população e sendo capaz de recrutar diversas pessoas para as organizações. No caso brasileiro, o principal protagonista nesse sentido é o Crime Organizado Transnacional. Assim, esse referencial teórico é abordado no primeiro capítulo de modo a definir o arcabouço pelo qual será analisado o objeto principal da pesquisa - o conflito do Primeiro Comando da Capital com o Comando Vermelho como obstáculo para construção da paz no país.

A ampliação do conceito de paz, trazida pela perspectiva de Galtung é crucial para a compreensão da situação da violência no Brasil, país que não possui históricos recentes de guerras interestatais, porém que amarga estatísticas estarrecedoras de violência. Nesse sentido, de acordo com os Estudos para Paz, a violência vai muito além do que o que é visível, contando com aspectos estruturais e culturais, que legitimam e tornam latente a violência direta. Compreendendo então a violência como a privação das potencialidades do indivíduo, num cenário social, político e econômico tão instável e desfavorável, como é o caso brasileiro, a injustiça social cria um contexto de pouca perspectiva para os menos abastados, minando suas perspectivas de qualquer tipo de ascensão social, os prendendo num limbo de vulnerabilidade social fortíssima. Ademais, tais fatores estruturais, vinculados a um racismo cultural, de heranças escravocratas, criam uma situação desumana de desigualdade social, criando o contexto perfeito para a proliferação de atores estatais violentos - em especial, no crime organizado.

Os capítulos seguintes tratam mais especificamente da violência no contexto brasileiro, dando luz às problemáticas que tornam a América do Sul, principalmente o Brasil, esse terreno

tão propício para a difusão do crime. Os baixos indicadores sociais levam a um alto nível de contestação da legitimidade estatal nesses territórios, negligenciados pelo poder público, nos quais, tem como principal referência as facções criminosas, que acabam ocupando essas lacunas deixadas pelos governos.

Esse quadro acarreta numa forte necessidade dessa parte da população negligenciada de buscar oportunidades no meio em que vive - achando no crime organizado um ambiente perfeito para ascender socialmente e ter as oportunidades que lhe são privadas. Diante disso, com um discurso anti-sistema, as facções ganham um poder gigantesco de recrutamento, montando verdadeiros exércitos dispostos a trabalharem em prol da organização. É importante salientar que além de representar um propagador da violência, esses grupos também se tornam uma instituição reconhecida na comunidade, como um provedor das necessidades básicas, no qual o Estado falha, sendo um agente estabilizador na região.

Assim, facções como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, ampliam seu capital humano, se tornando cada vez mais capazes de executarem seus ousados planos de expansão, alcançando novas rotas de tráfico e refinando ainda mais suas operações. Diante dessa movimentação, as duas maiores organizações criminosas do Brasil, passaram a divergir nos seus interesses, gerando atritos que culminou no seu rompimento em 2016, a partir de uma disputa pelo controle de uma das principais rotas de tráfico, a fronteira com o Paraguai, ápice do conflito que viria a impactar diretamente os indicadores de violência no país, alcançando níveis históricos e se alastrando para todas as regiões do país, principalmente no Norte e no Nordeste, gerando graves consequências na segurança pública local, diante dos conflitos entre as facções e seus parceiros regionais.

O que se sucedeu foi uma série de rebeliões e ondas de crimes generalizados, por todo o país, aumentando ainda mais os níveis de violência direta, colocando em evidência a capacidade desses atores não estatais violentos de se colocarem como graves obstáculos na construção da paz no Brasil. O conflito extrapolou o muro dos presídios, aumentando o nível de criminalidade nas ruas também, com diversas mortes, depredações do espaço público, entre outras ações criminosas. Porém, diante de todo o caos instaurado, o que se percebeu foi um ínfimo poder de

retaliação por parte do Estado brasileiro, que se mostrou incapaz de lidar com toda a amplitude do problema que o Crime Organizado Transnacional acarreta.

Assim, percebe-se que uma grande dificuldade que o Estado brasileiro enfrenta para combater o crime organizado é intrínseco à suas instituições. Diante de níveis de corrupção absurdos, em todos os níveis institucionais do país, se torna cada vez mais fácil que grupos criminosos se infiltram no sistema. A consequência se dá no caos visto na segurança pública, que reflete anos de maus investimentos no setor, e uma crise política, econômica e social pela qual o país passa. Assim, há uma demora muito grande nas ações do governo para responder ataques do crime organizado, negando ou minimizando as influências da mesma na situação do país.

Existe um caminho longo para a superação da violência estrutural no Brasil. O combate ao Crime Organizado Transnacional deve ser feito diretamente nas causas do problema, que vão muito além do tráfico e da bandidagem. Faz-se necessário repensar a política de guerra às drogas e reavaliar novas opções, visto que, esse combate ostensivo e repressivo que visa apenas diminuir ou destruir a oferta não funciona em lugar nenhum do mundo. Como aponta a socióloga da UFABC, Camila Dias, “É difícil, quando vemos estas cenas de violência, tentar lidar com isso dizendo que é preciso romper com a política de encarceramento em massa e combate às drogas. Mas se você olhar para as últimas duas décadas, foram justamente estes dois fatores que provocaram esta crise”.

Mesmo com tantas evidências e informações sobre a atuação das facções e o intenso conflito que se estabeleceu entre elas, as ações do governo, a Intervenção Federal, o Plano Nacional de Segurança, a criação do Ministério da Segurança Pública, ainda não vem se mostrando efetiva, pelo contrário, no caso da intervenção no Rio, alguns dados apontam para a ineficácia da medida e a falta do combate dos problemas raiz que o estado enfrenta. Por consequência, os atores não-estatais violentos continuarão sendo uma grave ameaça para as sociedades sul-americanas, em especial para o Brasil, por muito tempo (AVILA, 2017).

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína: A Rota Caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1ª ed., 2017.

ADORNO, Luís. **Falta de planejamento, facções e crise: como a segurança do Rio chegou ao ponto da intervenção**. UOL, São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/falta-de-planejamento-faccoes-e-crise-como-a-seguranca-do-rio-chegou-ao-ponto-da-intervencao.htm>>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

ALESSI, Gio. **Governo encerra semana sangrenta em presídios com queda de secretário**. El País, São Paulo. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483730696_157937.html>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

ALESSI, Gio. **Prisões em massa, o motor das facções que afetam a vida de metade dos brasileiros**. El País, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/31/politica/1517410163_964093.html>. Acesso em: 29 de abril de 2019. .

ÁLVAREZ, Marcos César. SALLA, Fernando. DIAS, Camila Nunes. **Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo**. Tempo Social, USP. v. 25, n 1. P. 61-82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/04.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2019.

AMÂNCIO, Thiago. **Policiais matam e morrem mais no Brasil, mostra balanço de 2016**. Folha de São Paulo. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931445-policiais-matam-e-morrem-mais-no-brasil-mostra-balanco-de-2016.shtml> Acesso em: 17 de julho de 2018

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: A irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris. 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. Atores não-estatais violentos e a segurança internacional na América Latina: conjuntura e cenários prospectivos. Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. (UnB), v. 15, n. 145, set/out 2014, p. 11-17.

BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. **O baile e a prisão:** Exame de dois espaços de sociabilidade que respondem pela dinâmica segmentar do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: 26.^a Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BIDERMANN C., et al. **Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo.** Caracas: CAF, 2014. Disponível em: <<http://scioteca.caf.com/handle/123456789/7>>.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado:** Imanência e transcendência no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIONDI, Karina. **Etnografia no Movimento:** território, hierarquia e lei no PCC. 2014. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Ufscar, São Carlos, 2014.

CAESAR, Gabriela, REIS, Thiago. **Brasil registra quase 60 mil pessoas assassinadas em 2017.** Monitor da Violência. G1. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/brasil-registra-quase-60-mil-pessoas-assassinadas-em-2017.ghtml>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** Crime, segregação e cidade em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Arisa Ribas. O crime organizado transnacional: um estudo introdutório da questão na perspectiva da teoria da interdependência. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em

CASTRO, Grasielle. **Human Rights Watch alerta para aumento no número de policiais mortos no Brasil.** Huffpost. 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/01/19/human-rights-watch-alerta-para-aumento-no-numero-de-policiais-mortos-no-brasil_a_23337335/>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

COSTA, Francisco. **Governo do Rio Grande do Norte confirma 26 mortes em rebelião.** Folha de São Paulo, Curitiba. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1850078-rebeliao-em-presidio-deixa-ao-menos-27-mortos-diz-governo-do-rn.shtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2019

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Por dentro (e de dentro) do Comando:** O PCC segundo o ‘nativo’. Resenha de Junto e Misturado: uma etnografia do PCC, de Karina Biondi. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, n.8, v.3, abr-jun. 2010, p. 159-172.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/en.php>>. Acesso em: 23 ago 2019.

DW. **Rebelião em prisão de Manaus deixa 56 mortos.** DW.com. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/rebeli%C3%A3o-em-pris%C3%A3o-de-manaus-deixa-56-mortos/a-36976308>> Acesso em: 23 de julho de 2019.

Estadão Conteúdo. **PCC monta RH e cria curso para fazer bombas.** IstoÉ, 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/pcc-monta-rh-tem-setor-para-prisoas-femininas-e-cria-ate-curso-de-fazer-bomba/>>. Acesso em: 28 de julho de 2019

ERICKSON, Amanda. **Latin America is the world's most violent region.** A new report investigates why. The Washington Post. 2018. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/04/25/latin-america-is-the-worlds-most-violent-region-a-new-report-investigates-why/>>. Acesso em: 18 de maio de 2019

FARIAS, Fábio. **Suspeitos de liderar rebelião no RN são retirados de presídio.** UOL. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/16/rebeliao-alcacuz-rn-coletiva-do-governo.htm>> . Acesso em 18 de janeiro de 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V., **Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional**, Revista Crítica de Ciências Sociais, 113. 2017. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/6643>> Acesso em: 20 de junho de 2019.

Folha de São Paulo. **Facção criminosa PCC foi criada em 1993.** Folha Online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121460.shtml>>. Acesso em: 26 de maio de 2019

Folha Online. **Organização nasceu do convívio com grupos de combate ao regime militar.** 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/traficonorio/faccoes-cv.shtml>>. Acesso em: 24 de julho de 2019

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança Pública em Números 2017.** Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/INFOGRAFICO_ANUARIO_11_2017_Retificado_15-12.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2019

GALTUNG, Johan. **Cultural violence**. Journal of peace research, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. Oslo/London: PRIO/Sage, 1996.

GALTUNG, Johan. **Violence, peace, and peace research**. Journal of peace research, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG J., HÖIVIK T. **Structural and Direct Violence: A Note on Operationalization**. Journal of Peace Research. v. 8, no. 1. 1971. pp. 73-76. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002234337100800108>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

G1 MS. **Irmão de investigado pela morte de Rafaat é morto em Ponta Porã**, MS. G1, Mato Grosso. 2017. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2017/03/irmao-de-investigado-pela-morte-de-rafaat-e-morto-em-ponta-pora-ms.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

G1 SP. **Temer diz que intervenção federal no Rio começou a dar resultado: 'Sensação de segurança'**. G1, São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/temer-diz-que-intervencao-federal-no-rio-comecou-a-dar-resultado-sensacao-de-seguranca.ghml>>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

GODOY, Marcelo. **Análise: Conflito no Amazonas é reação a monopólio do PCC**. Estadão. 2017. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,analise-conflito-no-amazonas-e-reacao-a-monopolio-do-pcc,10000097784>>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

GONÇALVES, L. A. . **Uma Abordagem sobre o Crescimento do Crime Organizado no Brasil**. Âmbito Jurídico , v. 01, p. 01, 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_id=11810> . Acesso em: 13 de março de 2019.

HARTMANN, J. C. F. **Crime organizado no Brasil**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Em Direito) - Fundação Educacional do Município de Assis, Assis. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0611230215.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

KRUG E. G., et al. (Ed.) **World report on violence and health, Geneva: UN World Health Organization (WHO)**, 2002. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

LAMPE, Klaus von. **The interdisciplinary dimensions of the study of organized crime.** Trends in Organized Crime, v. 9, n. 3, 2006, p. 77-95.

LEITE, Ellen. **Secretaria investiga sequestro de técnicas para vacinar moradores de favela.** Correio Brasiliense. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/02/02/internas_polbraeco,657411/secretaria-investiga-sequestro-de-tecnicas-para-vacinar-moradores-de-f.shtml>. Acesso em: 16 de março de 2019.

LESSING, Benjamin; WILLIS, Graham Denyer. **Legitimacy in Criminal Governance: Managing a Drug Empire from Behind Bars.** Trabalho apresentado na Comparative Politics Workshop da University of California - Los Angeles (UCLA), Department of Political Science, 26 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.polisci.ucla.edu/event/benjamin-lessings-talk>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

MARTÍN, María. **O Comando Vermelho, do presídio em uma ilha paradisíaca à guerra sangrenta por território.** El País, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484319135_043725.html> Acesso em: 28 de julho de 2019.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Valéria de. **CPI do Narcotráfico indicia mais de 800 pessoas.** Brasília. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u16039.shtml>>. Acesso em: 17 de julho de 2019

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. **Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais.** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 148-172. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611/343>> Acesso em: 28 de junho de 2019.

OXFAM BRASIL. **“A distância que nos une”.** 2017. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>>

Redação. **Negação do PCC pelo Estado impulsionou seu crescimento.** Jornal da USP. 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/negacao-do-pcc-pelo-estado-impulsionou-seu-crescimento/>>. Acesso em: 28 de julho de 2019

RIBEIRO, Aline. CORRÊA, Hudson. FONSECA, Helena. **O crime está em guerra: as maiores facções brasileiras romperam.** Época, 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/o-crime-esta-em-guerra-maiores-faccoes-brasileiras-romperam.html>>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

SALLA, Fernando. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira**. Sociologias, 2006. 16: 274-307.

The Fund for peace. **Fragile states index 2017: factionalization and group grievance fuel rise in instability**. Fragile States Index. 2017. Disponível em:
<<http://fundforpeace.org/fsi/2017/05/14/fsi-2017-factionalization-and-group-grievance-fuel-rise-in-instability/>>. Acesso em: 28 de julho de 2019

The Chiper Brief. **Brazil"s Democracy Suffers from Corruption**. Instituto Igarapé. 2017. Disponível em:
<<https://igarape.org.br/brazils-democracy-suffers-from-corruption/>>. Acesso em: 28 de julho de 2019

TÚLIO, Sílvio; MARTINS, Vanessa. **Rebelião deixa 9 detentos mortos e 14 feridos em presídio de Aparecida de Goiânia**. G1 GO. G1. 2018. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/detentos-fazem-rebeliao-em-presidio-em-aparecida-de-goiania.ghtml>>. Acesso em: 23 de julho de 2019.

UOL. **Forças Armadas fazem operação em área de conflito entre milicianos e traficantes no Rio**. São Paulo. 2018. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/18/forcas-armadas-fazem-operacao-em-area-de-conflito-entre-milicianos-e-trafficantes-no-rio.htm>> Acesso em: 14 de julho de 2019.

UOL. **Saiba quais foram algumas das maiores rebeliões em presídios do Brasil**. Folha de São Paulo, São Paulo. 2017. Disponível em:
<<https://m.folha.uol.com.br/asmais/2017/01/1846402-saiba-quais-foram-algumas-das-maiores-rebelioes-em-presidios-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

WETERMAN, Daniel. **Ministro afirma que massacre não pode ser explicado por guerra entre facções**. Estadão, 2017. Disponível em:
<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-afirma-que-massacre-nao-pode-ser-explicado-por-guerra-entre-faccoes,10000097841>>. Acesso em: 24 de julho de 2019.

ZURUTUZA, Anahí. ROCHA, Leonardo. **PCC atua em 5 países e freio depende de acordo internacional, diz Jungmann**. Campo Grande News. 2018. Disponível em:
<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/pcc-atua-em-5-paises-e-freio-depnde-de-acordo-internacional-diz-jungmann>>. Acesso em: 28 de julho de 2019.